

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NATÁLIA PIRES SANTOS

INSUBORDINAÇÃO E SEMI-INSUBORDINAÇÃO EM TESES E DISSERTAÇÕES
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO

Rio de Janeiro

2024

NATÁLIA PIRES SANTOS

INSUBORDINAÇÃO E SEMI-INSUBORDINAÇÃO EM TESES E DISSERTAÇÕES
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO

Trabalho de conclusão de curso submetido à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em Letras: Português-Italiano.

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

S272i Santos, Natália Pires
Insubordinação e semi-insubordinação em teses e dissertações da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Natália Pires Santos. - Rio de Janeiro, 2024.
71 f.

Orientadora: Violeta Virginia Rodrigues.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Licenciado em Letras: Português - Italiano, 2024.

1. insubordinação. 2. semi-insubordinação. 3. funcionalismo linguístico. I. Rodrigues, Violeta Virginia, orient. II. Título.

À memória de meu pai, Paulo
Marcos da Silva Santos, que sonhava
em cursar letras comigo.

AGRADECIMENTOS

Cursar Letras era um sonho antigo, mas cursar Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por algum tempo, foi inimaginável. Agradeço, em primeiro lugar, a esta instituição que me transformou tão profundamente. Vida longa à educação pública, gratuita e de qualidade.

À Violeta, minha orientadora, meus sinceros agradecimentos. Obrigada por não ter desistido de mim e por todas as conversas e conselhos que ultrapassaram a esfera acadêmica. Sou muito grata por ter sido orientada por alguém tão cuidadosa, sensível e competente.

Aos meus companheiros de pesquisa Marcelo, Emanuel e Ariane, obrigada por todas as nossas trocas enriquecedoras. Meus agora insubordinados preferidos.

À minha mãe, Katia, por ter vibrado comigo desde o meu primeiro dia de UFRJ, por todo o suporte ao longo desses anos e por me apoiar em todas as decisões. A meu irmão, Paulo Vitor, meu mais novo filho de Minerva, mas que sempre será o meu bebê. À minha prima-irmã, Caroline, que aprendeu comigo a ser uma jovem rebelde e com quem eu também aprendo muito.

Às famílias que eu escolhi (e que me escolheram). A Marcos, Aglaya e Davi, pela casa, pelo infinito cuidado e por nosso laço tão sincero. Nossas noites na Lapa são sempre as melhores. À Mariza e ao Lamartine, que me acolheram com tanto carinho e que me ensinaram muito sobre o amor. À Dora, a avó que eu não tive, e à toda família Figueiredo.

Ao João Daniel, um dos maiores presentes que a UFRJ me deu. Obrigada por me sufocar de amor e por me ensinar que eu posso ser frágil, quando necessário. Obrigada por ter tanto orgulho de mim e por, ao longo desses anos, sempre me lembrar de que eu não sou uma impostora.

À Alice, Alex, David, Jéssica, Jhennifer, Iasmine, Nat Bonn, Paulo Ricardo e Rhennan, meus amigos do Licença Poética, porque ter sido “filha” de vocês, foi uma honra. E aos meus companheiros do movimento RUA, por todas as infinitas reuniões, assembleias, congressos e eleições que vivemos. O movimento estudantil contribuiu muito para meu amadurecimento pessoal e profissional, e foi um marco na minha trajetória acadêmica. Não teria sido possível sobreviver à universidade pública sem nenhum de vocês.

Aos meus casais favoritos, Maisa e Tiago, Breno e Henrique, que também chegaram em minha vida graças à Faculdade de Letras. À Rane Vitória, pela companhia singular sobretudo naquela épica primeira semana enquanto calouras.

Aos meus amigos do curso de italiano: Beatriz Figueiredo, Rafael Phelippe, Vanessa Matassoli; e aos “Fãs do Yuri”, Márcia Zanon, Marlon Reis e Yuri. Vocês chegaram na minha vida em um momento muito especial e importante. Quero ter vocês para sempre comigo.

Aos meus conterrâneos Fellipe Dias e André Felipe, obrigada por serem tão cuidadosos comigo. Ao Leandro Thomaz, meu artista e compositor favorito, talentosíssimo, e meu eterno companheiro de Espaço Acústica.

Às minhas amigas de longa data: Vanessa Moura e Dandara, obrigada por permanecerem mesmo quando estive ausente. Ao Fernando Lima, por tudo. Nossa relação dispensa comentários.

Aos professores do Colégio Brigadeiro Newton Braga, que me mostraram que o Magistério era um caminho possível e que sempre acreditaram em mim.

RESUMO

A partir de um estudo sincrônico, este trabalho objetiva verificar a ocorrência de cláusulas insubordinadas e semi-insubordinadas em teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) do ano de 2015. Entendemos por insubordinadas e semi-insubordinadas as estruturas com características formais de subordinadas, mas que não estão vinculadas sintaticamente a nenhuma oração principal, como se observa em “Que cada um seja grego a seu modo!” (insubordinada) e “Ideia que apaga o vigor da dramatização” (semi-insubordinada). Tais estruturas apresentam usos independentes sintaticamente e semanticamente, havendo, no caso específico das semi-insubordinadas, uma espécie de vestígio da oração principal, representado por um substantivo, adjetivo ou advérbio a que a oração se vincula. Adotamos uma perspectiva funcionalista para identificação e análise destes tipos de cláusulas, tomando como pressupostos teóricos os trabalhos de Evans (2007), Mithun (2008; 2019), Verstraete; D’Hertefeldt; Van Linden (2012), Van Linden; Van de Velde (2014), Cristofaro (2016), Sansiñena (2019), Evans; Watanabe (2016), Gras (2016), Rodrigues (2022) e Rodrigues; Oliveira (2024). Examinamos os dados encontrados com base em alguns parâmetros de análise correspondentes a padrões formais das cláusulas, suas relações semânticas e funções pragmáticas, na direção do que propõe Rodrigues (2022). Nos resultados, detectamos a presença 676 ocorrências e, desse total, 350 foram encontradas em teses e 326 em dissertações. Ao fim da coleta e análise dos dados, verificamos ocorrências das estruturas insubordinadas e semi-insubordinadas em todos os 52 textos que compõem o *corpus* e atestamos que os fenômenos aqui estudados ocorrem inclusive em textos que presumem alto grau de monitoramento do escrevente.

Palavras-chave: insubordinação; semi-insubordinação; funcionalismo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definições de subordinação em gramáticas tradicionais.	16
Quadro 2: <i>Continuum</i> funcionalista de articulação de cláusulas.	19
Quadro 3: Evolução diacrônica da insubordinação.	22
Quadro 4: Teses e dissertações utilizadas para construção do <i>corpus</i> .	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de páginas lidas em cada gênero textual.	37
Tabela 2: Ocorrência de cláusulas independentes por gênero textual.	40
Tabela 3: Introdutores mais frequentes entre cláusulas desenvolvidas em teses.	49
Tabela 4: Introdutores mais frequentes entre cláusulas desenvolvidas em dissertações.	49
Tabela 5: Frequência de introdutores entre cláusulas reduzidas em teses.	50
Tabela 6: Frequência de introdutores entre cláusulas reduzidas em dissertações.	50
Tabela 7: Distribuição dos introdutores em cada padrão formal em teses e dissertações.	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de subordinadas e semi-subordinadas por gênero textual.	40
Gráfico 2: Total de cláusulas independentes por área.	42
Gráfico 3: Distribuição de subordinadas e semi-subordinadas em teses.	43
Gráfico 4: Distribuição de subordinadas e semi-subordinadas em dissertações.	44
Gráfico 5: Relação entre posição no texto e área dos Programas em teses.	46
Gráfico 6: Relação entre a posição no texto e área dos Programas em dissertações.	46
Gráfico 7: Forma da cláusula em cada área dos Programas em teses.	48
Gráfico 8: Forma da cláusula em cada área dos Programas em dissertações.	48
Gráfico 9: Distribuição das relações semânticas em cada área em teses.	55
Gráfico 10: Distribuição das relações semânticas em cada área em dissertações.	55
Gráfico 11: Relação semântica <i>versus</i> tipo de cláusula em teses.	58
Gráfico 12: Relação semântica <i>versus</i> tipo de cláusula em dissertações.	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

GT – Gramática Tradicional

PPGLEV – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas

PPGLIN – Programa de Pós-Graduação em Linguística

SAdj – Sintagma adjetival

SAdv – Sintagma adverbial

SN – Sintagma nominal

SV – Sintagma verbal

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

V – Verbo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2.1 O período composto por subordinação na Gramática Tradicional	16
2.2 Normas linguísticas	18
2.3 Os estudos funcionalistas	19
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	21
3.1. O trabalho pioneiro de Evans (2007)	21
3.2 Outros possíveis caminhos	23
3.2.1 Semi-insubordinação	27
4 METODOLOGIA	33
4.1 O <i>corpus</i>	33
4.2 Coleta de dados e critérios de análise	36
5 RESULTADOS E ANÁLISE	40
5.1 Posição no texto <i>versus</i> área dos Programas	45
5.2 Forma e modo verbal <i>versus</i> área dos Programas	47
5.3 Introdutor <i>versus</i> forma verbal	49
5.4 Padrão da cláusula <i>versus</i> introdutor	52
5.5 Função pragmática <i>versus</i> padrão	53
5.6 Relações semânticas	54
5.7 Outros parâmetros	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
8 ANEXOS	72

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como escopo os usos da insubordinação e semi-insubordinação em teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Investigamos, sob a ótica do funcionalismo linguístico, o uso de cláusulas insubordinadas e semi-insubordinadas nos respectivos gêneros textuais e as descrevemos com base em aspectos formais e funcionais. Ambos os tipos de cláusulas se referem a estruturas formalmente semelhantes a subordinadas, mas que possuem comportamento de cláusulas independentes sintaticamente. No entanto, as semi-insubordinadas apresentam um possível resquício da oração principal ausente, como se observa no trecho em destaque no exemplo (1) – em que temos o SN “Gesto” –, ao contrário das insubordinadas, que são introduzidas pelo conector, sem qualquer outro elemento anterior – como em (2).

(1)

Não é por pensamento intelectual que Caetano se afasta, ao contrário ele se afasta por sensação. Ou ainda, se afasta e, ao mesmo tempo, se aproxima do “Procuro dizer o que sinto / Sem pensar o que sinto”. Penso nisto como quem não pensa. E volta a pensar por sensação e assim pensa como quem não pensa. A sua sensação de pensar é não pensar nisto. **Gesto que não garante uma definição do que diz a sua poesia.** Caminhar como poeta-pastor escreve passo a passo sem saber exatamente, pois o que sente não se sabe senão por sensação – o que é saber sem exatidão. E assim se pensa como quem não pensa. (Dado nº 83 – Tese de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

(2)

Ao retomarmos os apontamentos suscitados por Jorge Luis Borges, percebemos que, embora ele denote um certo tom pessimista quanto à realização do discurso épico na modernidade, muito por conta da humanização e a subjetiva o do ser narrante, há no poeta d’Esse Ofício do Verso (2000), porém, uma “crença” na retomada da “dignidade do verso” pido por parte dos escritores do nosso tempo. Borges acredita “que o poeta haverá de ser outra vez um fazedor” (BORGES, 2000, p.62) de histórias. **Que esse poeta narrará e também contará essa mesma história.** Quanto ao público leitor,

Borges não acreditava “que um dia os homens se cansarão de contar e ouvir histórias” (Ibdem). [...]. (Dado nº 437 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

As cláusulas em destaque nos exemplos anteriores são formalmente semelhantes a orações subordinadas: nos termos da Gramática Tradicional, em (1) temos a presença do pronome relativo “que” e, em (2), da conjunção integrante “que”. No entanto, estruturas como estas se comportam como uma oração “principal”, ou seja, são usadas de forma independente, de modo que não se conectam sintaticamente a qualquer outra oração. Ao optar por textos acadêmicos no âmbito da Faculdade de Letras, buscamos verificar se cláusulas como as dispostas nos exemplos a seguir, consideradas como desvio para a tradição gramatical, ocorrem inclusive em textos que presumem alto grau de monitoramento do escrevente. Nesse sentido, para análise adequada de tais estruturas, é preciso adotar uma abordagem contrária àquela proposta pela GT.

Inicialmente, apresentamos uma revisão do que a literatura postula acerca do período composto por subordinação em uma perspectiva tradicional e, depois, à luz do funcionalismo linguístico. Estabelecer este contraponto entre as duas abordagens é fundamental para este trabalho, uma vez que, enquanto a tradição gramatical não prevê a ocorrência de uma oração subordinada desvinculada de sua principal, a partir dos pressupostos da teoria funcionalista torna-se possível descrever o fenômeno da insubordinação. Portanto, valemo-nos do funcionalismo linguístico para o estudo das cláusulas que compõem nosso *corpus*.

Em um segundo momento, nos *Pressupostos Teóricos*, apresentamos o trabalho seminal de Evans (2007) e uma série de estudos posteriores que o complementaram e trouxeram novas perspectivas acerca da insubordinação, tais como os de Mithun (2008; 2019), Cristofaro (2016), Verstraete; D’Hertefeldt; Van Linden (2012) e Gras (2016). A fim de adaptar o que postulam os autores para o contexto da língua portuguesa, utilizamos a sistematização feita por Rodrigues (2022) e Rodrigues; Oliveira (2024) como um guia durante a análise. Além disso, diferenciamos os fenômenos de insubordinação e semi-insubordinação à luz dos trabalhos de Van Linden; Van de Velde (2014) e Sansiñena (2019) – na direção oposta de Rodrigues (2022; 2024) e Rodrigues; Oliveira (2024), que inserem os padrões que aqui consideramos semi-insubordinação entre os diversos padrões de insubordinação.

Antes de seguir para os resultados obtidos, apresentamos a metodologia utilizada e como se deu o processo de coleta e análise de dados. Assim, discorreremos brevemente

sobre a escolha do *corpus*, o cotejo dos dados e detalhamos os parâmetros estabelecidos para análise. Em seguida, então, explicamos os resultados encontrados, focalizando os critérios que se mostraram mais relevantes. Por fim, nas considerações finais, concluimos este trabalho com nossas impressões gerais acerca dos resultados obtidos.

2 REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

2.1 O período composto por subordinação na Gramática Tradicional

Considerando o objeto de investigação deste trabalho e o gênero dos textos a partir dos quais o *corpus* foi construído, torna-se necessário discutir previamente a abordagem que a tradição gramatical confere aos processos de articulação de orações. Portanto, nesta subseção, serão utilizadas as gramáticas de Cunha e Cintra (2001), Bechara (2003) e Rocha Lima (2006) para uma revisão da descrição tradicional do período composto por subordinação.

O estudo das orações subordinadas é normalmente inserido em capítulos dedicados à construção do período composto, em que a subordinação é apresentada como um dos processos sintáticos de sentenças complexas – juntamente com a coordenação. Segundo a Gramática Tradicional, as subordinadas estabelecem uma relação de dependência – seja sintática ou semântica – com outra oração, denominada oração principal. Em outras palavras, nessa perspectiva, haverá uma relação de hierarquia sintática, já que uma oração subordinada irá desempenhar determinada função sintática em relação à outra oração, função esta equivalente à função que os substantivos, adjetivos e advérbios desempenham no período simples. O quadro 1 apresenta a abordagem de autores tradicionais em relação à subordinação.

Quadro 1: Definições de subordinação em gramáticas tradicionais.

<p>Bechara (2009, p. 463)</p>	<p>“[...] esta gramática respeitará o peso da tradição e verá [...] como oração subordinada o complexo unitário correspondente a uma função sintática exercida por substantivo, adjetivo ou advérbio.”</p>
<p>Cunha e Cintra (2016, p. 608)</p>	<p>“As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, chamam-se <i>subordinadas</i>. O período constituído de orações <i>subordinadas</i> e uma oração <i>principal</i> denomina-se <i>composto por subordinação</i>.”</p>
<p>Rocha Lima (2017, p. 323)</p>	<p>“No período composto por subordinação, há uma <i>oração principal</i>, que traz em si, como <i>dependente</i>, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal.”</p>

Fonte: elaboração própria.

Conforme pode-se observar a partir das definições antes mostradas no quadro 1, os autores centram suas análises no âmbito sentencial e, por conseguinte, na relação de dependência sintática estabelecida entre uma oração subordinada e sua principal. No entanto, ao voltarmos o olhar para as subordinadas adjetivas restritivas e explicativas, por exemplo, os mesmos autores apresentam definições que se ancoram também na dependência semântica entre orações. Cunha e Cintra (2016, p. 618), por exemplo, afirmam que as adjetivas restritivas “limitam, precisam a significação de um substantivo” e que “são indispensáveis ao sentido da frase”. No caso das adjetivas explicativas, Rocha Lima (2017, p. 337) as define como um “termo adicional, que encerra simples esclarecimento ou pormenor do antecedente – não indispensável para a compreensão do conjunto”.

Ao analisarmos as definições de subordinação reproduzidas anteriormente, percebemos que, a depender do tipo de oração subordinada – se substantiva, adjetiva ou adverbial –, ora se privilegiam critérios de dependência sintática, ora de dependência semântica. A abordagem do período composto por subordinação na perspectiva tradicional, portanto, limita-se à classificação de orações subordinadas e suas relações com as respectivas principais, restringindo-se exclusivamente ao nível da sentença. Vejamos os exemplos a seguir:

(3)

Os fios do tecido discursivo aqui ficam apagados, dando lugar ao que Souza (2001) descreve sobre a possibilidade de os efeitos metafóricos resultarem em (i) materialidades discursivas. São efeitos que se projetam em termos não-verbais através do escopo da visibilidade, traduzida no texto em questão pela ausência do referente. **O que nos remete a imagem.** (Dado nº 291 – Tese de Linguística – PPGLIN, grifo nosso)

(4)

Uma família que, no presente ou no passado, Isilda ou seus filhos, representa a ruína do império português devorador e explorador que exauriu até quando pôde e esbanjou indiscriminadamente, apenas ecos de um passado de riqueza e poderio de um império que se estendeu além-mar, mas que agora se desfez e reduziu-se a uma pequena porção de terra exilada de quase todo o continente europeu e do mundo. **Decadência que se figura desde o título do romance.** (Dado nº 422 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

As cláusulas destacadas nos exemplos (3) e (4), apesar de apresentarem características formais de subordinação – tais como a presença dos introdutores “o que” e “que”, respectivamente –, foram construídas sem vínculo sintático com uma porção textual com verbo. Ou seja, estão dispostas de maneira “isolada”, e possuem, respectivamente, os padrões INTRODUTOR + SV e SN + INTRODUTOR + SV. Sendo assim, uma vez que as orações subordinadas estão condicionadas à existência de uma principal no âmbito do período composto, os exemplos antes mostrados – que correspondem a casos de insubordinação e semi-insubordinação – não são contemplados pelos gramáticos normativos na descrição da subordinação.

2.2 Normas linguísticas

Tendo em vista que teses e dissertações – gêneros que compõem nosso *corpus* – são produzidas por escreventes que comumente possuem alto domínio da norma gramatical, convém abordar brevemente o que entendemos por *norma* neste trabalho. O conceito de norma, como afirma Faraco (2008), pode compreender algumas acepções na teoria linguística. Uma delas se refere à frequência com que determinados fenômenos linguísticos são utilizados em uma comunidade de fala, ou seja, àquilo que é *normal*. Outra acepção se correlaciona à normatividade, de forma que o termo *norma* é associado a um objetivo uniformizador da língua, ou seja, possui sentido de *normativo*.

No contexto deste trabalho, quando afirmamos pressupor que os escreventes dominem a *norma*, estamos nos referindo à segunda concepção mencionada. Esta seria a norma prescrita pelos gramáticos, aquela que, para eles, corresponde a um “conjunto de fenômenos apresentados como cultos” (Faraco, 2008, p. 81). Portanto, trata-se de uma *norma gramatical*, cujas regras são pré-estabelecidas nos compêndios gramaticais e que visa a uniformização da língua. Como esta é a norma de maior prestígio, esperamos que os escreventes das teses e dissertações que compõem o *corpus* nela se ancorem em seu processo de escrita.

Nesse sentido, apesar de analisarmos textos que seguem tal normatização e de as estruturas aqui estudadas – insubordinadas e semi-insubordinadas – serem consideradas “erradas” para essa tradição, acreditamos encontrá-las inclusive nestes textos. Isto porque não partimos do pressuposto de que tais estruturas sejam erradas, mas que são possibilidades de o escrevente realçar informações dentro de seu texto. Desta maneira, analisar estas estruturas à luz da Gramática Tradicional torna-se inviável, até porque essas estruturas não fazem parte de seu escopo de análise. Assim, recorreremos à teoria

funcionalista para podermos fazer uma descrição que considera o funcionamento da língua em uso e o papel discursivo-interacional de cada estrutura – o que vai de encontro ao que observamos nas gramáticas normativas.

2.3 Os estudos funcionalistas

Como discutido na subseção anterior, a visão tradicional a respeito dos processos de articulação de orações não contempla fenômenos como a insubordinação e a semi-insubordinação. Isso ocorre sobretudo porque as gramáticas normativas se afastam radicalmente dos usos reais da língua nas mais diversas situações de comunicação, utilizando, eventualmente, sentenças descontextualizadas – e, por vezes, retiradas de textos literários – para exemplificação (Rodrigues, 2019, p. 149). A perspectiva funcionalista, por outro lado, ao contextualizar os usos linguísticos em determinadas situações sociais, apresenta-se como uma saída para a análise dos fenômenos investigados neste trabalho.

No que concerne aos processos de combinação de cláusulas, a teoria funcionalista fornece uma alternativa à dicotomia coordenação/subordinação proposta pela tradição. Ao compreender a língua como instrumento de interação social e a importância da relação entre forma e função nas análises linguísticas, esta concepção leva em consideração não apenas critérios formais, mas também semânticos e pragmáticos e, portanto, os dois processos defendidos pelas gramáticas normativas (coordenação e subordinação) tornam-se insuficientes para o estudo do período composto. Sendo assim, como uma alternativa à proposta tradicional, autores funcionalistas sugerem a tríade parataxe – hipotaxe – subordinação para o estudo da combinação de cláusulas. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 2: *Continuum* funcionalista de articulação de cláusulas.

Parataxe	Hipotaxe	Subordinação
- encaixamento	- encaixamento	+ encaixamento
- dependência	+ dependência	+ dependência

Fonte: Hopper e Traugott (1993, p. 170).

O quadro 2 apresentado, calcado na noção de gradiência, estabelece um *continuum* traçado com base nos graus de encaixamento sintático e dependência semântica entre orações. Nesse sentido, a dicotomia coordenação *versus* subordinação, proposta pela GT, dá lugar a três processos sintáticos. No quadro 2, observamos que as cláusulas articuladas por meio da parataxe seriam equivalentes às coordenadas e justapostas da tradição, já que

são independentes semanticamente entre si e não apresentam integração formal, ou seja, não são encaixadas em outro item lexical ou oração.

Ainda, na perspectiva funcionalista, o período composto por subordinação da abordagem tradicional é reorganizado em dois processos sintáticos distintos: a hipotaxe e a subordinação. Como observamos no quadro 2, é chamado de hipotaxe o processo de articulação em que há dependência semântica entre as cláusulas, mas cuja integração formal é menor. Neste grupo, estão as adverbiais e adjetivas explicativas da tradição, que, ao apresentarem menor grau de encaixamento sintático, se situam como satélites ao redor de uma cláusula núcleo (Matthiessen e Thompson, 1988). Sendo assim, a interdependência semântica existe porque as hipotáticas desempenham a função de expandir a cláusula núcleo por meio de contribuições circunstanciais como de adendo, avaliação, comentário, causa, finalidade etc.

Serão consideradas subordinadas apenas as cláusulas que se encaixam em um constituinte de outra cláusula, de forma que é estabelecida uma relação de complementação entre as duas (Rodrigues, 2019, p. 114). Em outras palavras, no quadro funcionalista, a subordinação está associada à relação de constituência entre cláusulas, o que se traduz em maior integração formal e dependência semântica. Na abordagem tradicional, estas são as substantivas e adjetivas restritivas.

Uma vez que o quadro funcionalista pressupõe a possibilidade de diferentes graus de encaixamento e dependência semântica, os fenômenos sob estudo neste trabalho podem ser melhor analisados à luz desta teoria. O *continuum* admite que orações consideradas subordinadas na visão tradicional ocorram com menor grau de encaixamento em relação a uma principal. Conforme elucidado anteriormente, essas cláusulas são inseridas no grupo das hipotáticas, visto que a dependência semântica é preservada. Portanto, a concepção funcionalista viabiliza a análise de orações formalmente semelhantes a subordinadas, mas que aparecem desvinculadas de uma principal – como as semi-insubordinadas e insubordinadas.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1. O trabalho pioneiro de Evans (2007)

Apesar de estudos anteriores a Evans (2007) atestarem a existência de orações sintaticamente desvinculadas de sua principal, foi o linguista quem cunhou o fenômeno e apresentou uma análise sistemática do processo de insubordinação. Segundo o autor, o termo se refere a cláusulas que se assemelham formalmente a subordinadas, mas que foram convencionalizadas como principais (Evans, 2007, p. 367). Em outras palavras, são estruturas que possuem traços morfossintáticos previamente associados a cláusulas sintaticamente dependentes, “porém com propriedades semântico-funcionais que correspondem a usos independentes, principalmente pela ausência da cláusula principal com a qual comumente está relacionada” (Rodrigues; Oliveira, 2024, p. 222).

No contexto da língua portuguesa, afirmar que uma cláusula possui características formais de subordinação significa que podemos encontrar, nela, o uso de elementos como conectores prototipicamente subordinativos, formas nominais do verbo, modo subjuntivo e “noções de sentido veiculadas a princípio por cláusulas subordinadas” (Affonso Jr., 2024). Vejamos o exemplo (5), retirado do nosso *corpus*, em que temos uma cláusula formalmente semelhante a uma subordinada, mas usada de maneira independente do ponto de vista sintático:

(5)

[...] Curiosamente, é nas palavras que um escultor encontra a forma de preencher o vazio que a impossibilidade de apreensão da amada, sua misteriosa aparição/desaparecimento, deixou nele. **Como se somente a escrita fosse capaz de dar conta do seu mistério.** A singularidade dessa amante estrangeira, de origem incógnita, parece nascer também da comparação com os outros femininos. É assim que a referência a essas outras mulheres que habitam o romance obriga-nos a uma reflexão mais detida sobre elas. (Dado nº 360 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

O exemplo (5) ilustra o que mencionamos anteriormente. Nele, observamos o uso do introdutor “como se” seguido do verbo no modo subjuntivo, características formais típicas de uma oração subordinada adverbial cujo valor semântico é condicional. Porém, a cláusula ocorre de forma autônoma, separada da porção textual anterior por ponto final, constituindo, então, uma unidade informacional.

Evans (2007) assume que o fenômeno o qual denomina insubordinação já havia sido apontado, em outros trabalhos, como um problema a ser discutido. Contudo, uma análise descritiva destas construções ainda não havia sido realizada e, portanto, para além da concepção do termo, seu trabalho surge com o intuito de delimitar o fenômeno (Evans, 2007, p. 369). Para isso, o autor traça, a partir de uma perspectiva diacrônica, um possível caminho que leva à insubordinação, o que se vê no quadro seguinte:

Quadro 3: Evolução diacrônica da insubordinação.

Subordinação	Elipse	Convencionalização da elipse	Reanálise como cláusula principal
Construções bi-clausais contendo uma subordinada.	Elipse da principal, com possível recuperação de algum material do contexto.	Restrição da interpretação do material elipsado.	Uso convencionalizado como cláusula principal da antiga subordinada.

Fonte: adaptado de Evans & Watanabe, 2016, p. 2, tradução de Affonso Jr. (2024, p. 56).

Como se nota pelo quadro 3, portanto, o ponto de partida do processo diacrônico que dá origem à insubordinação consiste na combinação de uma cláusula principal e uma cláusula subordinada, ou seja, trata-se de um período composto por subordinação como descrito na maioria das abordagens linguísticas vigentes até então. Na etapa seguinte, em que efetivamente se inicia o processo, temos a elipse da cláusula principal, que não aparece materializada, mas poderá ser facilmente inferida por meio de elementos contextuais.

Passamos para a próxima etapa quando se torna mais difícil reconstituir a cláusula principal omitida. Segundo o autor, este é o resultado da convencionalização da elipse, em que a cláusula subordinada passa a abranger, além das suas próprias características semântico-pragmáticas (Rodrigues; Oliveira, 2024), o conteúdo anteriormente veiculado pela principal. Aqui, as possibilidades de reconstituição são restritas a contextos específicos. Esta etapa representa um importante salto rumo à insubordinação.

A fase que conclui o percurso traçado por Evans (2007) é a construcionalização, ou seja, o “uso convencionalizado como principal de uma cláusula formalmente subordinada” (Evans, 2007, p. 370). Uma vez que a construção que anteriormente era subordinada agora possui seu próprio significado, não é mais possível recuperar qualquer material elipsado. De acordo com a proposta, estas cláusulas são inerentemente

diacrônicas e podem adotar diversas funções discursivas específicas, portanto, foram reanalisadas ao longo do tempo como construções independentes (Evans, 2007, p. 370).

Apesar do pioneirismo de Evans (2007) em cunhar o fenômeno e sistematizá-lo, outros autores já haviam despertado para a existência de construções semelhantes anteriormente, inclusive no português. Rodrigues (2022, p. 224) realizou o levantamento de alguns destes trabalhos, que intitularam o fenômeno de “anomalias gramaticais” (Gois, 1943), “orações fragmentárias” (Garcia, 1975; Oliveira, 2007), “segmentação de períodos compostos em orações absolutas” (Cunha e Cintra, 1985); “independência sintática” (Bechara, 1999) e “estruturas desgarradas” (Decat, 1999). No entanto, tendo em vista os objetivos deste trabalho e o *corpus* que o compõe, optamos, nesse momento, por dar ênfase à proposta de Evans (2007).

3.2 Outros possíveis caminhos

Apesar de a definição e classificação do fenômeno feitas por Evans (2007) terem encontrado ampla aceitação em trabalhos posteriores, sua proposta diacrônica não foi bem recebida por alguns. Desta forma, na mesma direção do que propôs o linguista, outros autores se dedicaram a traçar alternativas à elipse para explicar o desenvolvimento do fenômeno.

Mithun (2008), por exemplo, defende a “extensão da dependência funcional” como processo diacrônico que origina as cláusulas insubordinadas. A autora argumenta que, nesse padrão, o escopo do marcador de dependência é transferido do domínio da sentença para o domínio discursivo. Em outras palavras, a relação de dependência sintática entre subordinada e cláusula matriz é suspensa e dá lugar a uma relação de dependência entre a então subordinada e contextos discursivos mais amplos.

Cristofaro (2016) observa que processos como a elipse (Evans, 2007) e a extensão de dependência funcional (Mithun, 2008) não são exclusivos da insubordinação e podem ocorrer, inclusive, em casos de gramaticalização¹. Além disso, a autora acredita que os trabalhos de Evans (2007) e Mithun (2008) não analisam o fenômeno com a profundidade necessária e que, na realidade, além da elipse e da extensão, diversos outros mecanismos podem levar à insubordinação.

Nesse sentido, ao observar ocorrências que não se encaixam em extensão nem em elipse, a autora postula um novo mecanismo que daria origem ao fenômeno, ao qual

¹ Alguns autores, como Beijering; Kaltenböck; Sansiñena (2019), defendem que a insubordinação parece ir em direção contrária à gramaticalização.

chama de *desengajamento clausal*. Nesses casos, as cláusulas são usadas para introduzir “um novo tópico no discurso, relacionado ao conhecimento prévio compartilhado pelo ouvinte” (Rodrigues; Oliveira, 2024, p. 226) ou a fim de retomar um tópico introduzido anteriormente. Ainda segundo Cristofaro (2016), no desengajamento clausal, ao contrário da elipse (Evans, 2007), as cláusulas não se relacionam a qualquer significado comum que possa ser recuperado pelo contexto e, portanto, não é possível recuperar uma cláusula matriz ausente ou elíptica.

O mecanismo proposto por Cristofaro é semelhante à extensão de Mithun (2008), uma vez que ambos vão de encontro à elipse de Evans (2007). No entanto, o desengajamento clausal é orientado por contextos específicos que propiciam a separação das cláusulas em questão. Em contrapartida, na extensão da dependência funcional (Mithun, 2008), os falantes estabelecem uma semelhança entre cláusulas subordinadas em geral e alguns tipos de cláusulas independentes (Cristofaro, 2016), sobretudo aquelas que possuem baixo grau de assertividade². Por fim, no desengajamento clausal, tratamos de cláusulas autônomas não apenas sintaticamente, mas semanticamente, pragmaticamente e prosodicamente (Cristofaro, 2016).

Novamente na contramão da hipótese da elipse proposta por Evans (2007), Verstraete, D’Hertefelt, Van Linden (2012) enfatizam o “desenvolvimento irregular” e os diversos caminhos que originam uma cláusula insubordinada. Ainda, os autores destacam que tais estruturas carecem de uma análise e categorização semânticas mais acuradas – o que afirmam não ter encontrado em Evans (2007) – e, por esse motivo, é isto que se propõem a fazer. Assim, são elencadas três categorias semânticas de insubordinação: deôntica, avaliativa e discursiva. A primeira, deôntica, corresponde a enunciados que expressam proibições, obrigações, permissões ou conselhos; a segunda, avaliativa, indica um comentário do enunciador sobre acontecimentos que podem ser esperados ou inesperados (Verstraete; D’Hertefelt; Van Linden, 2012). A terceira categoria, cunhada *insubordinação discursiva*, é a mais relevante para a análise dos dados encontrados neste trabalho, portanto, ela merece um destaque especial.

Segundo os autores, na insubordinação discursiva não há uma cláusula possível ou óbvia a ser reconstituída, exatamente porque, aqui, a insubordinada se relaciona a todo o discurso anterior. Quanto a características semânticas destas estruturas, Verstraete,

² Mithun (2008) afirma que as cláusulas subordinadas não são assertivas, portanto, o baixo grau de assertividade de certas cláusulas independentes propicia a insubordinação.

D’Hertefelt, Van Linden (2012) apontam que são comumente usadas para expandir ou explicar uma proposição anterior e auxiliam a organizar as informações no discurso.

Posteriormente, Gras (2016) organiza construções insubordinadas em duas categorias funcionais: modal e discursiva. Para o autor, a função modal expressa desejos ou comandos, de tal modo que codifica a posição do falante em relação a uma proposição. Além disso, esta função se assemelha àquela que Verstraete, D’Hertefelt, Van Linden (2012) definem como avaliativa.

Já a insubordinação com função discursiva se refere a uma parte importante da informação dada pelo escrevente, que pode ser recuperada pelo contexto ou cotexto, além de estabelecer uma ligação entre o enunciado em questão e o discurso anterior. Do ponto de vista formal, na insubordinação discursiva, geralmente, é possível omitir o introdutor sem consequências no nível da sentença, ou seja, preservando a gramaticalidade da estrutura (Gras, 2016). No entanto, evidentemente, sua presença é importante, sobretudo porque, sem ele, o enunciado pode ser interpretado como uma informação completamente nova, e não como uma reiteração, justificção, contextualização etc. – o que caracteriza a insubordinação discursiva sob o olhar de Gras (2016).

Gras (2016) afirma que ainda não existe, na literatura, uma análise unitária sobre a insubordinação discursiva. Neste trabalho, porém, consideramos que as definições de Verstraete, D’Hertefelt, Van Linden (2012) e Gras (2016) são suficientes para análise dos dados encontrados no nosso *corpus*. Vejamos os exemplos a seguir:

(6)

Logo, o que podemos dizer é que, para Duarte (2009), os verbos leves são uma classe autônoma de verbos, formados a partir dos verbos plenos homônimos. Diante disso, eles mantêm propriedades de seleção semântica e definem domínios mono-oracionais. **O que não se diferencia da proposta de Butt (2010) que observamos acima.** (Dado nº 296 – Tese de Linguística – PPGLIN, grifo nosso)

(7)

A história de Rael é o fio condutor do romance, mas o personagem principal é o território. Ele é a árvore que alimenta seus personagens. **Que dá o alimento e o fruto.** Capão pecado se constitui de um emaranhado de histórias: como a de Capachão, que não sabia como dizer para a avó que seu irmão era viciado em crack; ou a de dona Maria Bolonhesa e seu Raulio, com seus filhos Will e Dida devendo

para o tráfico. (Dado nº 414 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

(8)

O nada ou a faca sem lâmina da qual se tirou o cabo, como escreveu Rosa, está grávido de tudo e é pela infância potencial que o andarilho conscientiza-se de que o eu por trás do mim está em eterno devir, é potência pura, e por isso, rosto de criança. “Como conhecer jamais o menino?” (LISPECTOR: 1998), pergunta Clarice Lispector. Sem qualquer pretensão de resposta, mas em diálogo com Rosa, para conhecê-lo, coloque-se em estado de viagem, aceite a memória viva, nascente a cada dia, narre sua história querendo ser estória. **Que os meninos continuem brincando na palma da mão de nossa civilização.** (Dado nº 532 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

Nos dois primeiros exemplos antes apresentados, cujos padrões correspondem a INTRODUTOR + SV, temos casos de insubordinação discursiva. Em (6), observa-se que a cláusula em destaque possui escopo na porção textual antecedente como um todo, não relacionada a um termo em específico. Já em (7), é possível recuperar um referente específico do enunciado anterior: a árvore. Apesar destas diferenças, ambas as estruturas podem ter seus referentes recuperados pelo cotexto – ou seja, se vinculam a uma porção ou elemento textual – e expandem a proposição anterior.

No caso de (8), verifica-se padrão semelhante ao das anteriores, INTRODUTOR + SN + SV, mas temos um exemplo de insubordinação modal. Trata-se de uma insubordinada dita prototípica (Rodrigues; Oliveira, 2024), que não possui vínculo com qualquer elemento textual materializado anteriormente. Além disso, a cláusula expressa uma avaliação modal em relação à proposição anterior: o escrevente deseja que “os meninos continuem brincando na palma da mão de nossa civilização”. Este tipo de estrutura foi minoria no *corpus* e, por este motivo, decidimos por não nos aprofundar sobre esse tipo.

Com base nos estudos dos autores antes mencionados, Rodrigues (2022) e Rodrigues; Oliveira (2024) lançam o olhar para o português e assumem três tipos de funções pragmáticas para as insubordinadas: diádica, discursiva e modal. Neste trabalho, porém, iremos adotar apenas as funções discursiva e modal, pois estas se adequam melhor à realidade do nosso *corpus*.

3.2.1 Semi-insubordinação

Van Linden e Van de Velde (2014) voltam-se para o estudo de cláusulas introduzidas pela conjunção *dat*, na língua holandesa (“que”, em português), e observam padrões gramaticais que desafiam a análise tradicional. Os autores atestam a existência de cláusulas formalmente subordinadas que são eventualmente encontradas de maneira autônoma ou (semi-)autônoma e as dividem em quatro tipos. A partir dessa divisão e da posterior análise, identificam que esses tipos compartilham uma propriedade semântico-pragmática comum: expressam significados interpessoais.

O primeiro tipo corresponde a cláusulas completamente autônomas e são equivalentes à insubordinação de Evans (2007). No entanto, os autores adotam a análise e sistematização apresentadas por Verstraete, D’Hertefeldt, Van Linden (2012) – e já explicitada na seção 3.2 deste trabalho – que subdivide a insubordinação nos domínios semânticos deôntico, avaliativo e discursivo. Do ponto de vista formal, estruturas deste tipo são introduzidas pela conjunção *dat* e a cláusula matriz é suprimida, de modo que, em alguns casos, não se pode nem mesmo recuperá-la (Van Linden e Van De Velde, 2014).

Além disso, estruturas formalmente subordinadas podem surgir de maneira semi-autônoma, ou seja, são casos em que a cláusula principal parece ter sido reduzida a uma só palavra. É aqui onde se encaixam os outros três tipos de estruturas, são elas: semi-insubordinadas; construções semelhantes a clivadas, mas usadas de forma semi-autônoma; e construções *dat* sem cláusula subsequente.

As semi-insubordinadas consistem em construções precedidas de um único elemento, uma única palavra, que aparenta funcionar, no nível da sentença, como um fragmento da cláusula matriz. Tais elementos expressam a opinião do falante sobre o conteúdo proposicional da cláusula *dat* e são subdivididos em três subtipos formais que, por sua vez, são inseridos em três categorias semânticas (Van Linden e Van De Velde, 2014). Este tipo é bastante relevante para o *corpus* deste trabalho, portanto, merece atenção especial.

Inicialmente, Van Linden e Van de Velde (2014) apresentam o subtipo adverbial. Neste padrão, as estruturas semi-insubordinadas são iniciadas por um advérbio cuja natureza semântica pode ser (1) epistêmica, expressando o posicionamento do falante sobre a certeza ou incerteza do conteúdo proposicional da cláusula *dat*; ou (2) avaliativa, em que o conteúdo proposicional da cláusula *dat* é tomado como verdade e expressa a opinião do falante sobre tal conteúdo. A seguir, vejamos exemplos de semi-

insubordinação adverbial avaliativa (9) e epistêmica (10), retirados do artigo de Van Linden e Van de Velde (2014) e de tradução nossa.

(9)

G: mormeltje: neen, ik kaart met mijn voeten en masseert jou met mijn handen

G: *Mormeltje, no, I'm playing cards with my feet and I'm massaging you with my hands.*

G: Mormeltje, não, eu estou jogando cartas com meus pés e massageando você com as minhas mãos.

B: zu moet da

B: *That is how it should be.*

B: É assim que deve ser.

M: gelukkig **dat** je nie met je voeten masseert :))

fortunately CONJ you not with your feet massage

M: *Fortunately you are not massaging with your feet! *smile**

M: Sorte **que** você não está massageando com os seus pés!

(10)

B: pitu...waar in Kortrij

B: *Pitu, where in Kortrijk?*

B: Pitu, onde em Kortrijk?

P: Rollegem

P: kent ge da?

P: bij bellegem

P: *Rollegem. Do you know it? Close to Bellegem.*

P: Rollegem. Você conhece? É perto de Bellegem.

B: tuurlijk **da** ik daken

of.course CONJ I that know

B: *Of course I know it!*

B: Claro **que** eu conheço!

Além dos advérbios, os adjetivos também compõem um dos padrões formais de semi-insubordinação. Quanto à natureza semântica, assim como os advérbios, estes podem ter valor avaliativo, ou seja, podem expressar a avaliação do falante acerca do

conteúdo proposicional. Não foi atestada, por Van Linden e Van de Velde (2014), a possibilidade destes elementos possuírem valor epistêmico, mas foram observados alguns tipos de adjetivos que indicam o estado psicológico do falante em relação a conteúdos específicos. Estes tipos, segundo os autores, possuem valor semântico afetivo e são representados por alguns adjetivos como *relieved* (aliviado, em português), *proud* (orgulhoso, em português), *afraid* (com medo, em português).

O último padrão formal de semi-insubordinação é constituído por um substantivo em posição inicial, precedendo a cláusula *dat*. Vale ressaltar que tais substantivos não são acompanhados de quaisquer determinantes, característica importante para os autores na análise da língua holandesa. Diferentemente dos adjetivos e advérbios, construções semi-insubordinadas do tipo nominal podem exprimir os três valores semânticos: avaliativo, epistêmico e afetivo. Em suma, portanto, as adverbiais podem exprimir os valores avaliativo e epistêmico; as adjetivas, os valores avaliativo e afetivo; e as substantivas, os três.

O grupo seguinte das construções semi-autônomas corresponde àquelas semelhantes à clivagem. Van Linden e Van de Velde (2014) argumentam que tais estruturas possuem características formais que as aproximam da clivagem, uma vez que um elemento da antiga cláusula matriz é topicalizado. Porém, em uma construção semi-autônoma, não há cláusula principal completa antes da conjunção *dat*, como ocorre na clivagem. Dessa forma, temos um padrão formal que se constitui de um único elemento (ou seja, uma única palavra, que corresponde a algum constituinte da antiga matriz) seguido da cláusula *dat*.

Quanto ao tipo de elemento que pode estar à frente dessas estruturas, os autores elencam cinco, são eles: advérbios; adjetivos; verbos não finitos, isto é, verbos em suas formas nominais, como infinitivo e particípio; sintagmas preposicionados; e substantivos ou sintagmas nominais. Seja qual for o tipo de elemento topicalizado, ele receberá um foco extra, assim como em estruturas clivadas, e funcionará como sujeito da cláusula *dat*.

Por fim, Van Linden e Van de Velde (2014) argumentam que há construções semiautônomas cujo padrão formal é restrito ao conector. Nesses casos, não há uma cláusula ou qualquer porção textual subsequente ao *dat*, pois o conteúdo que o seguiria é omitido propositalmente. Esse padrão é dividido em dois subtipos, que dependem da presença ou não de algum vestígio da cláusula matriz.

Após o estudo e sistematização dos quatro tipos de cláusulas (semi-)autônomas, Van Linden e Van de Velde (2014) discorrem sobre quais seriam as origens destas

construções. Do ponto de vista diacrônico, segundo os autores, a elipse (Evans, 2007), mesmo que com algumas ressalvas, pode ser usada para explicar os padrões analisados por eles. Por outro lado, em uma perspectiva sincrônica, a elipse não é útil para justificar as origens da (semi-)insubordinação, pois não é possível, sincronicamente, presumir a existência de alguma cláusula principal implícita destas estruturas. Por esse motivo, os linguistas defendem que a hipoanálise pode explicar a origem das construções semi-autônomas de forma mais apropriada.

Os autores se valem da definição de Croft (2000), que considera a hipoanálise como o processo em que há uma “reanálise de forma e função em que uma propriedade semântica/funcional é reinterpretada como uma propriedade inerente à sintaxe” (Van Linden; Van de Velde, 2014, p. 22, tradução nossa). Sendo assim, consideram que o significado interpessoal, atestado em todos os tipos de cláusulas semi-autônomas, seria uma característica contextual típica de cláusulas subordinadas que foi atribuída à sintaxe, originando, dessa forma, a subordinação semi-autônoma. Nesse sentido, os linguistas argumentam que a hipoanálise está ancorada em uma perspectiva sincrônica – que vai de encontro à elipse – e tem como objetivo complementar a visão diacrônica da proposta de Evans (2007), para que esta seja capaz de abrigar construções semi-autônomas.

Na esteira do que propuseram Van Linden e Van de Velde (2014), Sansiñena (2019) volta o olhar para estruturas semi-insubordinadas, mas observa dados da língua espanhola. Para a autora, tais estruturas correspondem a cláusulas introduzidas pelo conector *que* (igualmente “que”, no português) usadas sem uma principal completa vinculada a elas, mas apenas um único elemento. No entanto, não foi investigada, segundo Sansiñena (2019), a motivação para a presença do conector *que* nessas estruturas, isto é, se é exigido por aspectos formais relativos ao elemento precedente, por aspectos semânticos ou por aspectos pragmáticos. Dessa forma, a linguista se propõe a discutir as possíveis funções do *que* e sua relação com o elemento precedente.

Sob uma perspectiva interacional, Sansiñena (2019) afirma que os padrões <elemento X + cláusula-que> apenas constituem semi-insubordinação quando compõem um único ato de fala. Nesse sentido, os elementos que iniciam as semi-insubordinadas têm escopo sobre a cláusula *que* e expressam algum tipo de classificação modal, de modo que podem ser classificados em duas categorias semânticas: (1) avaliação subjetiva e (2) qualificação epistêmica e evidencial.

A primeira, de acordo com Sansiñena (2019), implica em um conteúdo pressuposto e é constituída de verbos gramaticalizados no modo imperativo, substantivos ou locuções

de interjeição derivadas de formas lexicalizadas. A segunda, por sua vez, pode contar com advérbios de dúvida e afirmação, além das locuções interjetivas, igualmente. Vale ressaltar, sobretudo devido a características do nosso *corpus*, que a autora assume que termos com duas palavras ou mais também podem surgir na posição inicial de uma cláusula semi-insubordinada. Estes seriam o caso das locuções interjetivas, que consistem em elementos como *sin duda que* (sem dúvida que, em português) e *de verdad que* (de verdade que, em português). A seguir, vejamos exemplos de Sansiñena (2019) e do *corpus* deste trabalho, respectivamente:

(11)

A: Quizás, obviamente, usted no lo ignora, señor senador, pero la ley de ética pública que hemos sancionado permite el acceso a cualquier ciudadano a las declaraciones de bienes que hacemos todos los funcionarios públicos. [...]

B: **Obviamente que** no me refiero a la declaración de bienes. Eso lo sabemos todos, porque todos hemos sancionado la ley de ética pública.

(12)

Estando Sena no papel do Gama, o poeta “dirige-se aos seus contemporâneos” e não ao rei de Melinde, que, na epopeia camoniana, abre as portas da África cordialmente para os navegantes estrangeiros. **Óbvio que as palavras de Sena são de combate e parecem querer esclarecer algo maldito, mal interpretado ou interpretado de acordo com os interesses políticos de cada época.** O “capitão” Jorge de Sena volta à armada poética contra a sua “não ditosa pátria” no poema “A Portugal” como em vários outros momentos da sua poesia. Sena registra uma outra realidade bem distante daquela fantasiada por Salazar. (Dado nº 138 – Tese de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

Para a autora, cláusulas como estas estabelecem uma relação direta com o enunciado precedente, apesar de não serem vinculadas a nenhum elemento textual antes materializado. Além disso, podem reforçar uma afirmação e apresentam o valor de verdade do conteúdo proposicional como evidente – o que ocorre nos exemplos (11) e (12) – ou hipotético. Além disso, os advérbios que as iniciam intensificam a força do conteúdo informacional da cláusula em questão.

Como pudemos verificar, em seu artigo, Sansiñena (2019) prioriza os advérbios, mas considera que elementos como verbos gramaticalizados no modo imperativo e locuções de interjeição também compõem a semi-insubordinação. Contudo, para o contexto do nosso *corpus*, adotamos o que fizeram Van Linden e Van de Velde (2014) e consideramos três elementos que podem iniciar as semi-insubordinadas: substantivos, adjetivos e advérbios. Quanto à classificação semântica, aquelas postuladas pelos autores não foram suficientes para nosso trabalho. Portanto, optamos por utilizar um recorte da sistematização apresentada no *site* “Teoria da Estrutura Retórica” (RST)³, e organizada a partir de Mann e Thompson (1988) – tanto para as insubordinadas como para as semi-insubordinadas.

Em suma, como afirma Sansiñena (2019), cada uma das ocorrências pode ter origens específicas e se comportar de formas diferentes entre si. Portanto, apenas um estudo diacrônico com foco no desenvolvimento individual de cada forma seria capaz de explicar seus diferentes comportamentos sincronicamente, assim como as motivações para o uso ou não do conector *que*, o que ultrapassou os limites de seu estudo. De qualquer forma, tanto o trabalho de Van Linden e Van de Velde (2014) quanto o estudo complementar de Sansiñena (2019) nos oferecem relevantes contribuições para o estudo de estruturas que estariam “operando em um horizonte tangente à insubordinação” (Affonso Jr., 2024, p. 67).

³ Disponível em:

<https://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html#:~:text=A%20RST%20tem%20como%20objectivo,inclui%20a%20%22nuclearidade%22%20e%20as>.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, discorreremos sobre a metodologia desta monografia. Dessa forma, abordamos como se deu o processo de construção do *corpus* e os critérios utilizados para a análise.

4.1 O *corpus*

O *corpus* desta pesquisa foi montado a fim de que pudéssemos investigar os usos de insubordinadas e semi-insubordinadas em teses e dissertações. A opção por textos acadêmicos da Faculdade de Letras se justifica visto que o estudo lida com fenômenos não contemplados pela Gramática Tradicional, com o objetivo de atestar a ocorrência destes fenômenos inclusive em gêneros textuais que presumem alto grau de monitoramento do escrevente.

Antes de prosseguirmos para os processos metodológicos de análise, vale comentar uma dificuldade com a qual nos deparamos devido à natureza do *corpus*. As teses e dissertações são textos que versam sobre temas complexos cujo desenrolar é resultado de longo trabalho de pesquisa. Por este motivo, a análise de certos critérios, sobretudo os semânticos, causou dúvidas difíceis de serem esclarecidas.

Convém mencionar, ainda, que optamos por não incluir no *corpus* os dados coletados na seção agradecimentos. Ao longo do processo de coleta e análise, verificamos que esta seção figura como um gênero em particular, que apresenta comportamento muito divergente dos demais gêneros e elementos presentes em teses e dissertações. Portanto, como inseri-los em nossa análise poderia enviesar os resultados, os agradecimentos merecem atenção especial em um possível trabalho posterior. A seguir, listamos as teses e dissertações a partir das quais coletamos o *corpus* deste trabalho.

Quadro 4: Teses e dissertações utilizadas para construção do *corpus*.

Teses	Dissertações
“Aparecera em mim o meu Mestre”: a poesia dramática e o Outro em Fernando Pessoa e Alberto Caeiro.	A arquitetura narrativa de Um Amor Feliz, de David Mourão- Ferreira.
A atualidade clássica nas trilogias trágicas de Adonias Filho e Autran Dourado.	A expressão da modalidade em peças cariocas: uma análise diacrônica.

A literatura brasileira e a monstruosidade negra nos portões da diferença.	A literatura a partir do território: a relação entre forma e conteúdo em Ferréz.
Abordagem de padrões derivacionais nas marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa: por uma visão gradiente da morfologia do português.	Análise da entoação do português do Brasil segundo o modelo Ipo.
Computações semânticas na Síndrome de Asperger provendo uma conexão entre a Linguística e Neurociência: dados de imagem do tensor por difusão em ressonância magnética (DTI).	Análise do funcionamento discursivo do texto “Condessa De Barral A Paixão Do Imperador” de autoria de Mary Del Priore
Construções de tópico sujeito: um caso de mudança na expressão da posse externa do PB.	Angola, Brasil e Portugal: espaços em trânsito em nação crioula.
Dissociação entre tempo e aspecto à luz da aquisição da linguagem.	Animacidade e Papéis Temáticos: um estudo experimental.
Explicação e restrição: uma perspectiva cognitivista.	Aquisição de aspecto no português brasileiro.
Imagem e contra-imagem do Império Português: “Os Trabalhos e os Dias” de Jorge de Sena e de Rui Knopfli.	Autofagia do fictício: desdobramento do narrador e do narratário pelo controle do imaginário em mastigando humanos, de Santiago Nazarian.
Implicações teóricas dos verbos leves para o estudo da estrutura argumental.	Capas do jornal meia-hora: uma análise discursiva do verbal e do não verbal.
Jornais impressos antes e depois da reforma editorial da década de 1950: a língua como elemento de transformação.	Construção relacional: estado, mudança e resultado.
Metaimagem: uma análise do discurso de enunciados nas provas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).	Da forma para a função: a correlação entre Sintagmas Nominais Complexos e Editoriais.
O cosmos da linguagem: entre o mito e a modernidade. A poesia de Fiama Hasse Pais Brandão.	Em memória do esquecimento: ambivalência e imaginação na obra de Dante Milano.

O erotismo na poesia de Armando Freitas Filho.	Erotismo e transcendência nos “quatro sonetos de meditação”, de Vinicius De Moraes.
O intertexto bíblico como expressão de um ethos em crônicas de Lya Luft.	Estratégias patêmicas em crônicas de Martha Medeiros.
Quando os constituintes à esquerda como estratégia de venda são silenciados: análise e tratamento político da sintaxe da corp(oralidade).	Euclides da Cunha: poeta do entrelugar.
Roupas, objetos e espaços: a cultura material em Clarice Lispector.	Memória e Testemunho: ruínas e ecos de um império português desfeito em O esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes.
Sobre jardins, cavernas e estrelas: vida, arte e morte em Gémeos, de Mário Cláudio.	Mensagem: a vitalidade um discurso envelhecido.
Travessias, rupturas e transgressões: a experiência da morte na literatura portuguesa oitocentista.	Morte e vida como personagem-recurso na obra de Clarice Lispector.
Usos de mas+cláusula no gerenciamento da conversa: uma proposta de descrição semântico-cognitiva.	Nos Escombros Da Memória: reconstrução de identidades em Teoria geral do esquecimento, de Agualusa.
	O comportamento das estratégias de relativização na escrita culta jornalística brasileira.
	O sujeito referencial em peças portuguesas: uma análise diacrônica.
	O tecelão, a tecedura e o tecido: dobras da linguagem e da história em contos de João Paulo Borges Coelho.
	Operadores argumentativos: uma marca de subjetividade em textos midiáticos.
	Para um estudo das construções estativas no PB.

	Quanto nomes pode ter um mesmo objeto ou evento no mundo?
	Quanto rabos tem a sereia? Uma proposta de leitura para “o outro pé da sereia”, de Mia Couto.
	Questões do vestibular ENEM: uma abordagem discursiva.
	Recursividade, Coordenação E Prosódia: estudos psicolinguísticos com PPs em português e hebraico.
	Relações: a dicção moderna de Cecília Meireles, Sophia de Mello Breyner Andresen e Vinicius de Moraes.
	Sobre carregar água na peneira ou o protagonismo da infância em Guimarães Rosa.
	Um estudo do sândi externo: o contato entre o português do Brasil e o Mbyá Guarani.

Fonte: elaboração própria.

4.2 Coleta de dados e critérios de análise

O objetivo inicial seria realizar a coleta dos dados do *corpus* a partir de dissertações e teses da Universidade Federal Fluminense (UFF), no entanto, diante da impossibilidade de acessá-los através do *site* oficial do programa de pós-graduação da UFF, optamos por teses e dissertações da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O recorte selecionado se restringiu a trabalhos do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas – que engloba Literaturas e Língua Portuguesa – e do Programa de Pós-graduação em Linguística, todos defendidos no ano de 2015.

Nossa etapa seguinte foi calcular a proporção entre os textos das três áreas selecionadas. Uma vez que a área de Literaturas, no âmbito do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ, desmembra-se em brasileira, portuguesa e africanas, definimos que seriam duas teses/dissertações de Literaturas para uma de Língua Portuguesa e uma de Linguística. Em um momento inicial, a organização das proporções foi realizada por unidades de teses e/ou dissertações, sem considerar necessariamente o volume de texto presente em cada uma, de modo que estabelecemos a quantidade de 12

dissertações e 12 teses de Literaturas; 6 dissertações e 6 teses de Língua Portuguesa, e 6 dissertações e 6 teses de Linguística.

No entanto, ao longo do processo de coleta dos dados, tal organização se mostrou inapropriada, pois nos deparamos com uma desproporção em relação ao volume de texto a ser analisado entre as três áreas, uma vez que a quantidade de páginas dos trabalhos de Literaturas, por exemplo, era sistematicamente maior do que a dos trabalhos de Linguística. Nesse cenário, a contagem por número de páginas se tornou uma opção mais coerente e, então, recalculamos as proporções. Cabe ressaltar que todos os textos foram lidos integralmente e, por esse motivo, a proporção entre o número de páginas é aproximada. A Tabela 1 apresenta o número de páginas analisado em cada uma das áreas.

Tabela 1: Quantidade de páginas lidas em cada gênero textual.

	Dissertações	Teses
Língua Portuguesa	953	958
Literaturas	1934	1937
Linguística	968	966

Fonte: elaboração própria.

O critério de escolha dos trabalhos utilizados foi definido pela ordem em que estavam listados nos respectivos *sites* dos Programas de Pós-graduação. Posteriormente, a fim de equilibrar ao máximo o volume de texto analisado em cada área, a seleção foi realizada a partir do número de páginas restantes para garantir a paridade aproximada entre as três áreas.

As dissertações e teses selecionadas para a coleta dos dados do *corpus*, disponibilizados nos *sites*, foram reunidas em arquivos digitais para que pudéssemos proceder à leitura. Após a leitura, os dados identificados foram catalogados por meio do programa Excel e analisados com base nos parâmetros a seguir:

1. Gênero do texto (tese ou dissertação);
2. Área (língua, literatura ou linguística);
3. Ano de publicação (2015);
4. Padrão da subordinada ou semi-subordinada;
5. Conector que introduz a cláusula;
6. Forma da cláusula (se reduzida ou desenvolvida);
7. Modo verbal da cláusula;

8. Sinal de pontuação empregado antes da cláusula;
9. Sinal de pontuação empregado ao final da cláusula;
10. Posição da cláusula no texto (entre períodos, final de parágrafo ou seção, início de parágrafo, antes de citação, citação, nota de rodapé, título, legenda, epígrafe);
11. Elemento ao qual a semi-insubordinada se vincula (SN, SAdv ou SAdj);
12. Número de palavras que antecedem a cláusula semi-insubordinada (uma, duas, três, quatro, cinco ou mais de cinco palavras);
13. Relação semântica veiculada;
14. Função pragmática veiculada (discursiva ou modal);
15. Natureza da cláusula (insubordinada ou semi-insubordinada).

A título de explicação, vale dizer que alguns dos critérios foram definidos após o início do processo de análise. Durante o cotejo dos dados, identificamos que os critérios então estabelecidos, por vezes, não davam conta de alguns aspectos. Portanto, surgiu a necessidade de incluir outros parâmetros de análise, tais como o 10 e o 12 descritos anteriormente.

O parâmetro 10, a respeito da posição da cláusula no texto, foi inserido quando notamos uma particularidade dos gêneros dos textos que compõem o *corpus*: eles têm como característica abranger outros gêneros ou elementos que podem favorecer ou não a ocorrência do fenômeno aqui investigado. Notas de rodapé, títulos e legendas, por exemplo, parecem favorecer o surgimento de cláusulas insubordinadas e semi-insubordinadas, uma vez que gráficos, tabelas, figuras ou quadros podem figurar como um vestígio da cláusula principal não expressa.

Além disso, neste parâmetro, investigamos também a localização da cláusula dentro do período. A posição final de parágrafo, por exemplo, pode indicar que o escrevente percebe o uso da cláusula (semi-)insubordinada como estratégia para reelaborar ou expandir o que foi discutido ao longo do parágrafo, conferindo foco a algum tópico relevante do enunciado anterior ou concluindo seu fluxo de pensamento. Por outro lado, a ocorrência em início de parágrafo ou antes de citações aparenta preparar o leitor para o conteúdo que está por vir.

Apesar de Van Linden e Van de Velde (2014) não mencionarem a possibilidade de mais de uma palavra encabeçar cláusulas semi-insubordinadas, Sansiñena (2019) traz exemplos em que isto se verifica. Quando notamos, portanto, a ocorrência frequente de mais de uma palavra compondo o sintagma ao qual estavam vinculadas as semi-

insubordinadas, despertamos para [a](#) possível necessidade de criar o parâmetro 12. Além disso, a partir do que postula Sansiñena (2019), como discutido na seção *Pressupostos teóricos*, controlamos o tipo de sintagma ao qual a semi-insubordinada se conecta: se adverbial (SAdv); adjetival (SAdj); ou nominal (SN).

A classificação das relações semânticas veiculadas pelas cláusulas, correspondente ao critério 13 antes descrito, foi definida com base na observação dos dados coletados. Como suporte teórico, elaboramos uma adaptação da descrição disponível no *site* “Teoria da Estruturação Retórica” (RST)⁴ para o contexto do nosso *corpus*. As relações semânticas utilizadas para análise e classificação foram elaboração, reelaboração, preparação, ressalva, contraste, propósito, factual e avaliação.

Explicitada a metodologia que engendrou e orientou este trabalho, partimos para os resultados encontrados. O capítulo seguinte detalha a aplicação dos parâmetros que se mostraram mais relevantes para a análise dos dados coletados.

⁴ Disponível em:

<https://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html#:~:text=A%20RST%20tem%20como%20objectivo,inclui%20a%20%22nuclearidade%22%20e%20as>.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

Após a leitura dos textos, coleta e análise dos dados, identificamos 676 ocorrências do fenômeno em um total de 7716 páginas lidas. Em 3861 páginas de teses, foram encontrados 350 dados e, em 3855 páginas de dissertações, detectamos 326 dados. A tabela 2 indica a distribuição desses dados entre estruturas semi-insubordinadas e insubordinadas em cada um dos gêneros textuais utilizados.

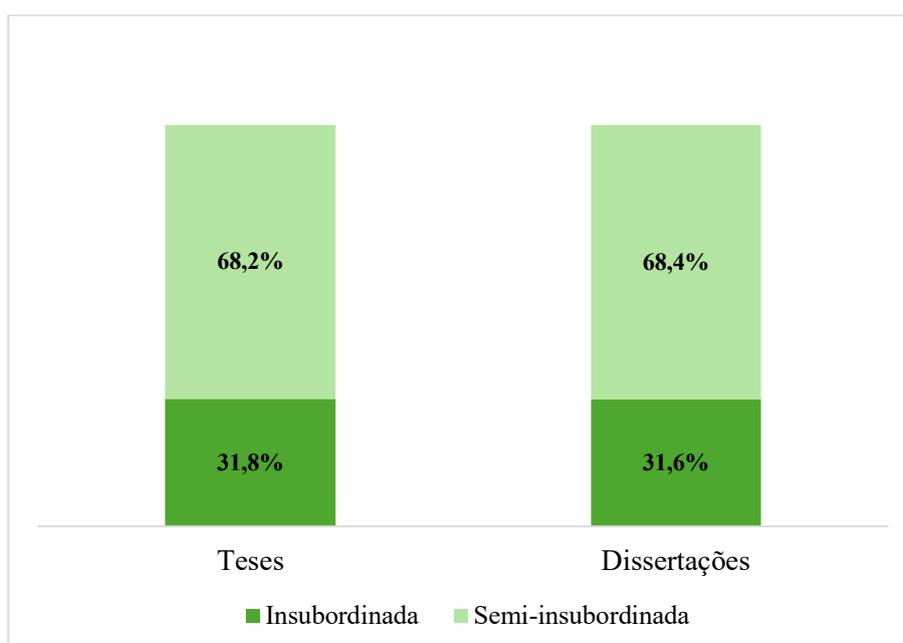
Tabela 2: Ocorrência de cláusulas independentes por gênero textual.

	Insubordinadas	Semi-insubordinadas	Total
Teses	111	239	350
Dissertações	100	226	326
Total	211	465	676

Fonte: compilação própria.

Apesar do maior número de dados em teses, o gráfico a seguir nos permite observar que não houve uma diferença expressiva quanto à proporção de ocorrências de insubordinadas e semi-insubordinadas entre teses e dissertações. Aliás, a relação entre a distribuição de cada tipo de cláusula em cada gênero textual é quase idêntica:

Gráfico 1: Proporção de insubordinadas e semi-insubordinadas por gênero textual.



Fonte: compilação própria.

O gráfico 1 ilustra a relação proporcional entre os usos de subordinadas e semi-subordinadas em cada gênero textual a partir dos números apresentados na tabela 2. Portanto, apesar da maior quantidade de dados em teses, a proporção entre cada tipo de cláusula seguiu um padrão: em ambos os gêneros, a relação percentual foi de aproximadamente 68% de semi-subordinadas para 31% de subordinadas.

Como optamos pela subdivisão das cláusulas independentes em subordinadas e semi-subordinadas, vale apresentar exemplos do *corpus* para elucidação destas estruturas. A seguir, exemplificamos cada um dos dois tipos de cláusulas encontradas:

(13)

Retornando à questão de Pessoa ele mesmo, que, conforme se disse anteriormente, é o outro dele mesmo, mas não é o absolutamente alheio. O sair de si orntonimamente se movimenta em um encontro que vai ao outro e volta a si mesmo. Por isso, ele se apresenta numa relação em que o “eu” se altera, mas uma alteração em si e para si mesmo em que a identificação fundamenta o “eu” e o outro dele mesmo reunidos sem unidade. **Drama que não garante a existência de Fernando Pessoa.** Ou melhor, acena a existência e a inexistência do poeta, pois ser ele mesmo ao mesmo tempo que aproxima dele mesmo o afasta. (Dado nº 28 – Tese de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

(14)

Um poema como “Mar Portuguez” (PESSOA, 1981, p.16), por exemplo, equaciona, de maneira sintética, é claro, quase que todo o enigma textual do livro inteiro, conforme supracitamos, assim como a obra em sua completude é, de maneira grandiloquente, o “Mar Portuguez” (Ibidem). São estruturas que se relacionam, que se interseccionam, mas que também se dissipam uma das outras. **Que se juntam no ponto cego de seu afastamento.** (Dado nº 436 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

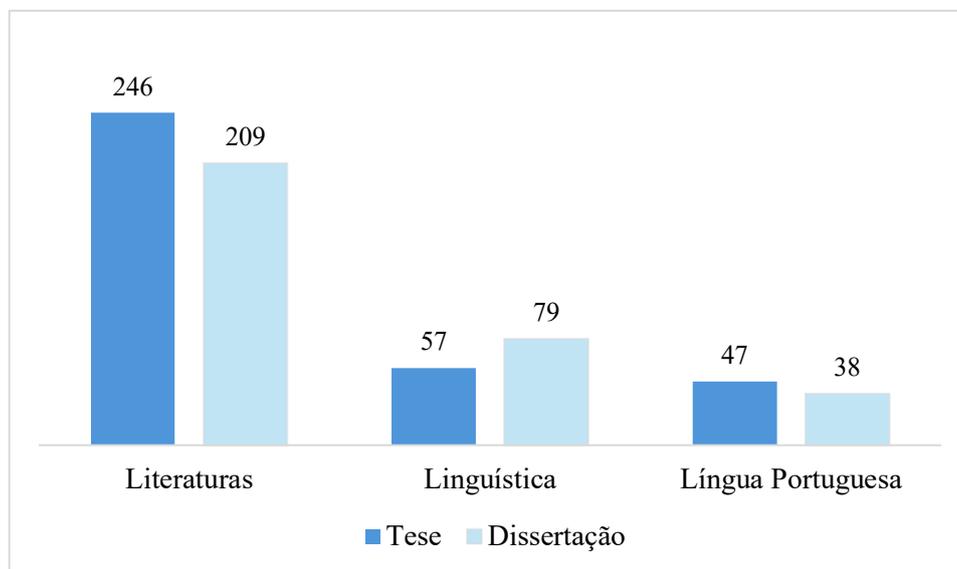
Em (13), temos um caso típico de semi-subordinação nos termos de Van Linden e Van de Velde (2014) e Sansiñena (2019). Sob a ótica formal, o padrão SN + INTRODUTOR + SV é representado pelo substantivo *drama*, seguido do introdutor *que* – típico da subordinação – e do sintagma verbal cujo núcleo é *garante*. Tal substantivo parece ter sido usado com fins de correção gramatical, uma vez que pode figurar como um vestígio de alguma cláusula principal não expressa. Ou seja, o escrevente deseja

alcançar algum objetivo discursivo – tal como expandir ou explicar o conteúdo da proposição anterior – através da estratégia de isolar a informação veiculada pela cláusula em questão, mas nota que, para isso, são necessários alguns ajustes formais⁵ – como a manutenção do SN.

No exemplo (14), observamos também um caso clássico de insubordinação conforme Evans (2007) e Rodrigues; Oliveira (2024). Nesse caso, porém, não se verifica qualquer elemento antes do introdutor *que*: o padrão é apenas INTRODUTOR + SV. Portanto, aqui, verificamos uma estrutura com características formais prototípicas da subordinação (como o introdutor *que*), mas que figura como principal, uma vez que possui independência sintática e constitui uma unidade informacional. Além disso, diferentemente do exemplo anterior em que a cláusula semi-insubordinada se relaciona com a porção textual antecedente como um todo, aqui a cláusula insubordinada se vincula a um material linguístico específico já mencionado no cotexto, a saber, “estruturas”.

Exemplificadas as diferenças entre os dois tipos de cláusulas independentes que compõem nosso *corpus*, seguimos para o parâmetro 2 explicitado na seção *Metodologia*. O gráfico a seguir apresenta a quantidade de ocorrências encontradas em cada uma das áreas do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas e Linguística.

Gráfico 2: Total de cláusulas independentes por área.

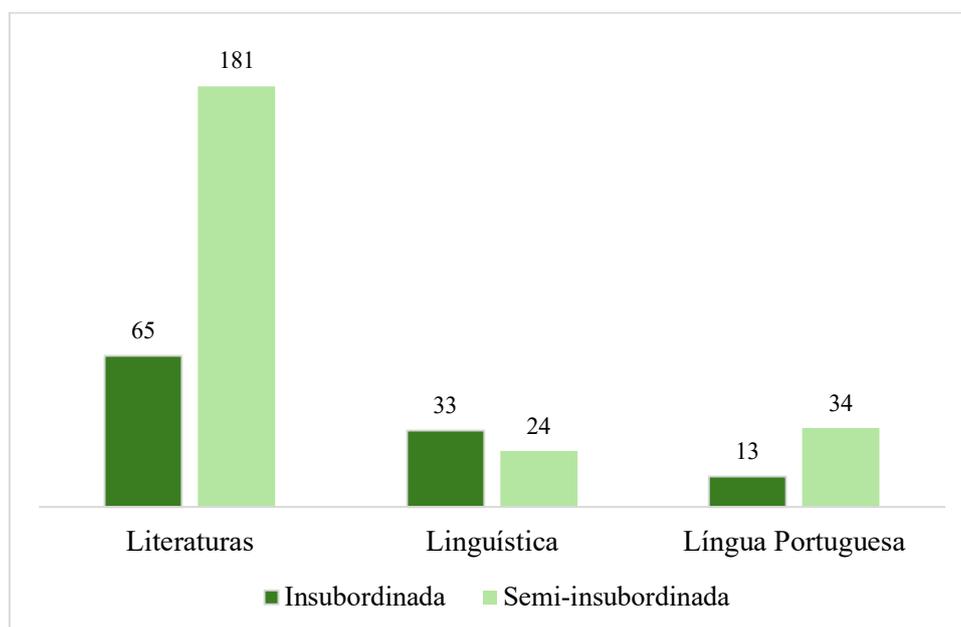


Fonte: compilação própria.

⁵ Apesar da classificação de semi-insubordinação adotada neste trabalho, vale ressaltar que ambos os tipos de cláusulas independentes constituem uma unidade informacional.

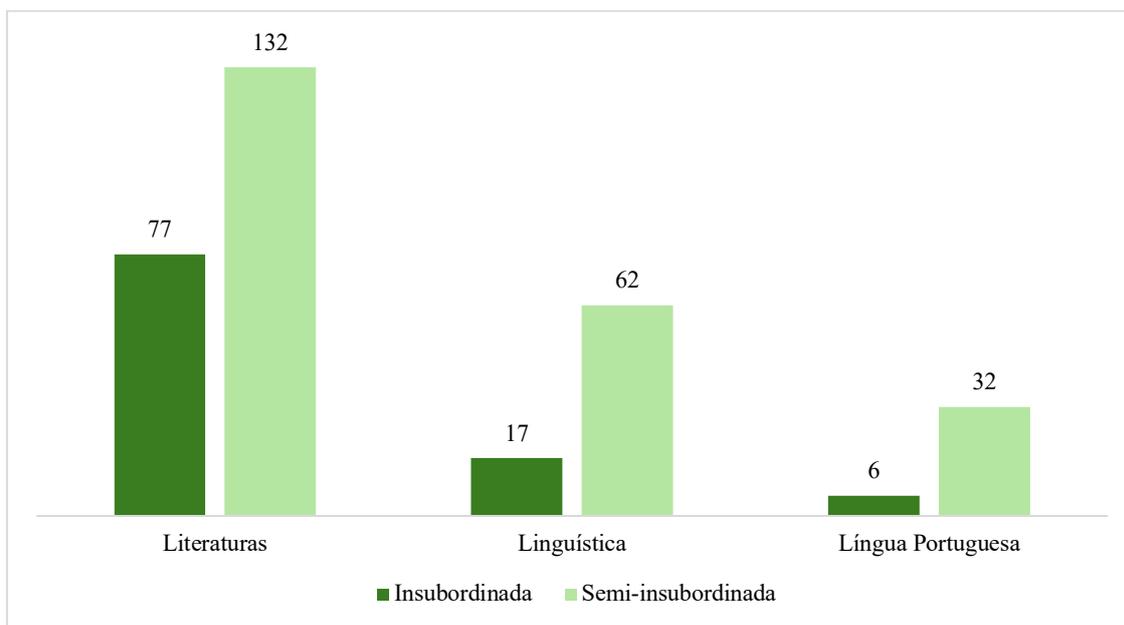
Com base no gráfico 2, é notável que os dados de Literaturas constituem a maior parte do nosso *corpus*, enquanto em Linguística e sobretudo em Língua Portuguesa o número de ocorrências foi consideravelmente menor. Além disso, apenas em Linguística atestamos maior quantidade de dados em dissertações, enquanto nas outras duas áreas verificamos que as teses acolheram maior número de ocorrências. Seguindo adiante, nos gráficos 3 e 4 discriminamos a quantia de cada tipo de cláusula independente por cada uma das três áreas:

Gráfico 3: Distribuição de in subordinadas e semi-in subordinadas em teses.



Fonte: compilação própria.

Gráfico 4: Distribuição de insubordinadas e semi-insubordinadas em dissertações.



Fonte: compilação própria.

Apesar da maior quantidade de cláusulas independentes em geral nas teses, há algumas nuances a serem pontuadas. Nos trabalhos de Literaturas, verificamos 77 casos de insubordinação em dissertações contra 65 casos em teses. Ou seja, as teses de Literaturas apresentaram maior ocorrência do fenômeno, mas foi nas dissertações dessa mesma área que identificamos mais estruturas insubordinadas, isto é, sem qualquer sintagma nominal, adjetival ou adverbial antecedente ao introdutor. Portanto, a relação entre os dois tipos de cláusulas nos dois gêneros em Literaturas é diferente: enquanto as semi-insubordinadas representam quase o triplo de ocorrências em relação as insubordinadas em teses, em dissertações as semi-insubordinadas não chegam ao dobro em relação às insubordinadas.

Já em Linguística, o panorama é um pouco diferente. Mesmo que tenhamos encontrado mais ocorrências no geral em dissertações, o único cenário em que as insubordinadas constituíram maior número de casos do que as semi-insubordinadas foi em teses dessa área. Contudo, verificamos maior equilíbrio entre os dois tipos de cláusulas em teses, com apenas 9 ocorrências de insubordinadas a mais em relação a semi-insubordinadas. Em dissertações, no entanto, identificamos quase três vezes mais casos de semi-insubordinação, o que significa 45 casos a mais em comparação com a insubordinação.

Em Língua Portuguesa, a despeito da menor quantidade de casos em relação às demais áreas, nas teses encontramos o dobro de ocorrências de insubordinadas: 13 contra

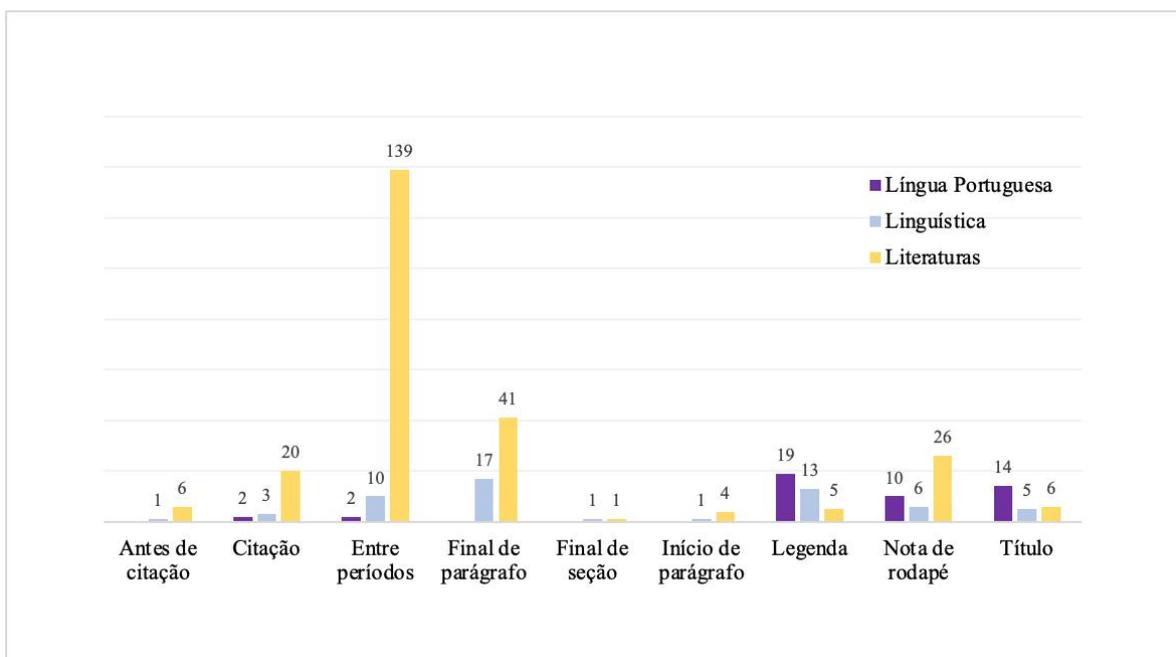
6 dados em dissertações. Sendo assim, nesta área, as insubordinadas foram determinantes para o maior número de ocorrências do fenômeno em teses, uma vez que o número de semi-insubordinadas nos textos de Língua Portuguesa em ambos os gêneros é quase idêntico.

A partir da tabela 2 e dos gráficos apresentados anteriormente, portanto, observamos que as cláusulas semi-insubordinadas foram predominantes, totalizando 68% (465/676 dados) do *corpus*, mas que houve também uma quantidade expressiva de insubordinadas. Vale ressaltar que atestamos a ocorrência do fenômeno em todos os textos lidos, mesmo que citações e legendas, por exemplo, tenham configurado a maior parte dos casos em algumas áreas, como veremos na subseção seguinte.

5.1 Posição no texto *versus* área dos Programas

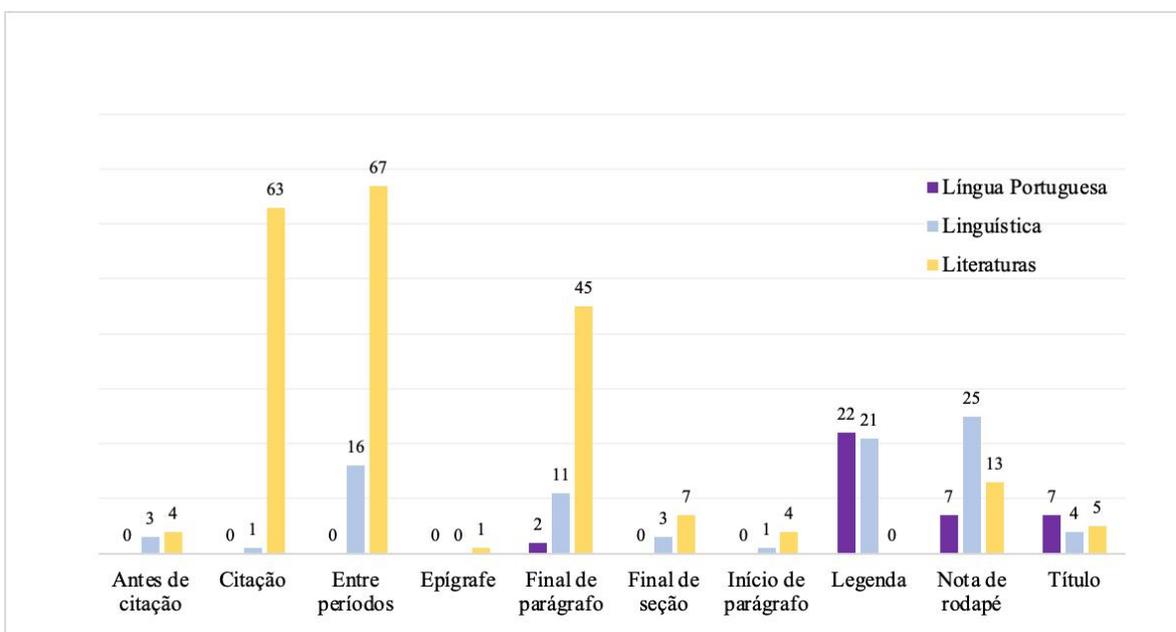
Para além da análise da quantidade de ocorrências em cada gênero textual de Literaturas, Linguística e Língua Portuguesa, é interessante observar a posição mais frequente em que as cláusulas aparecem em cada uma das áreas. Antes, vale apontar que tese e dissertação são gêneros que abraçam porções textuais para além do que está no corpo do texto. Isto é, em uma tese ou dissertação podem coexistir gêneros textuais como agradecimentos e resumo, por exemplo, além de elementos como notas de rodapé e legendas. Tais elementos contribuem de formas específicas para a construção do texto e, por este motivo, optamos por controlar a ocorrência do fenômeno em determinadas posições, como explicitado na seção *Metodologia*. Além disso, verificamos também a posição das cláusulas em questão dentro do parágrafo, o que inicialmente aparentava ser relevante para a análise. Os gráficos a seguir ilustram a relação da posição da cláusula no texto e a área do PPGLEV e PPGLIN:

Gráfico 5: Relação entre posição no texto e área dos Programas em teses.



Fonte: compilação própria.

Gráfico 6: Relação entre a posição no texto e área dos Programas em dissertações.



Fonte: compilação própria.

A partir da análise dos gráficos, notam-se algumas divergências entre os resultados em teses e em dissertações. Primeiramente, identificamos um destaque para a ocorrência entre períodos em teses: entre os dados de Literaturas deste gênero, 56% (139/246) foram nessa posição, enquanto nas demais posições os números foram reduzidos.

Em dissertações de Literaturas, o panorama é diferente. Apesar da ocorrência entre períodos ainda ser expressiva, em citações verificamos quase a mesma quantidade. Ou seja, aqui, os resultados nestas duas posições foram equilibrados e compuseram, juntos, a maior parcela entre os dados de dissertações de literaturas: 32% (67/209) entre períodos e 30% (63/209) em citações. Isto indica que, em teses, para além do maior número de dados encontrados em geral, também verificamos que a maior parte deles é produzida pelo próprio escrevente. Em dissertações, por outro lado, esse número se mostra mais equilibrado, uma vez que os dados em citações foram bastante expressivos.

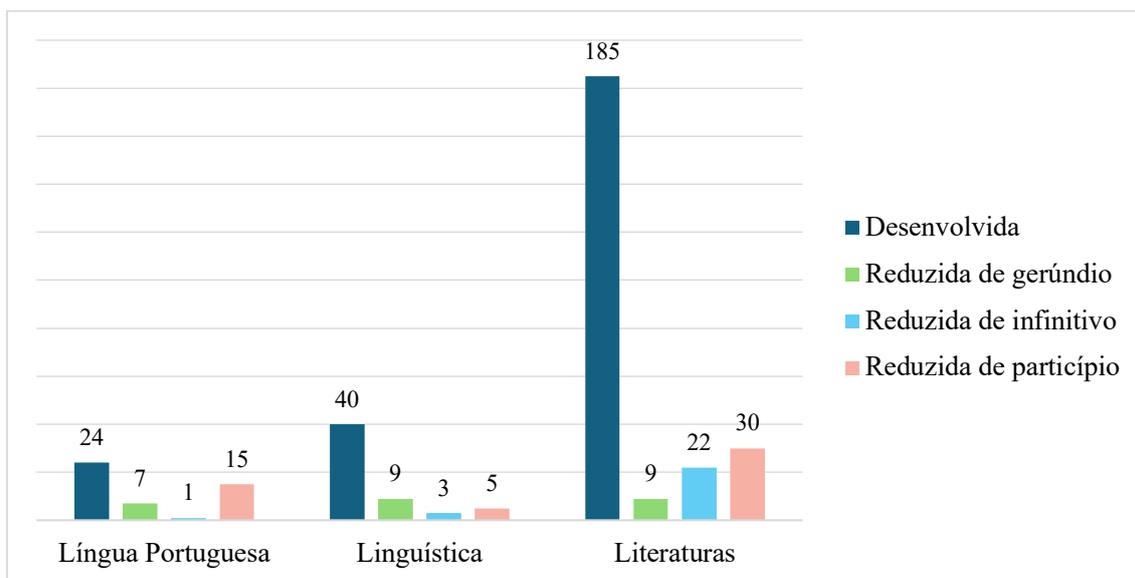
Em ambos os gráficos, em contrapartida, verificamos um número relevante do fenômeno em final de parágrafo. A notável diferença entre a quantidade de ocorrências em posição final em comparação àquelas em posição inicial pode ser justificada porque, em nosso *corpus*, tais cláusulas independentes foram frequentemente utilizadas com o objetivo de concluir alguma ideia ou reelaborar o conteúdo do enunciado precedente. Por sua vez, o uso em início de parágrafo, no contexto do nosso *corpus*, não parece ser característico do fenômeno.

Além disso, observa-se, em ambos os gêneros, que as ocorrências de língua portuguesa estão concentradas majoritariamente em notas de rodapé, legendas e títulos: dos 85 dados analisados, apenas 6 não apareceram em alguma destas três posições. É interessante notar que, em contrapartida, não foi encontrada uma parcela relevante de casos em legendas nos textos de literatura, justamente porque, em geral, os textos desta área não contêm elementos que necessitem de legenda, como figuras, gráficos, tabelas etc.

5.2 Forma e modo verbal *versus* área dos Programas

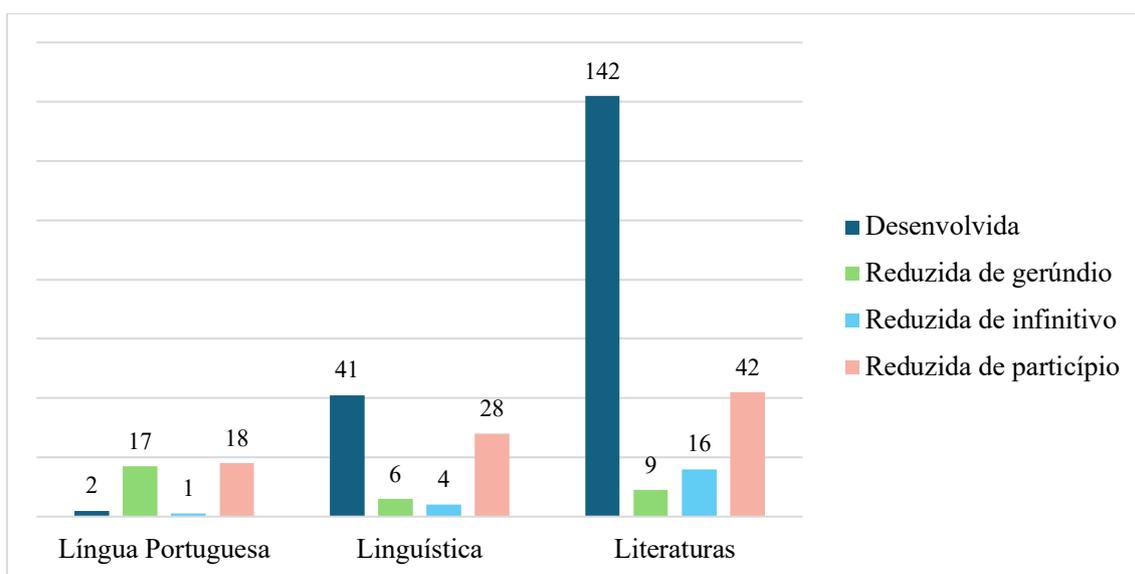
Entre as cláusulas insubordinadas e semi-insubordinadas, os resultados acerca da forma e modo verbal foram bem equilibrados. Portanto, nesta subseção, consideramos mais pertinente controlar os parâmetros 6 e 7 em relação às três áreas. Os resultados sobre a forma verbal das cláusulas estão discriminados nos gráficos a seguir:

Gráfico 7: Forma da cláusula em cada área dos Programas em teses.



Fonte: compilação própria.

Gráfico 8: Forma da cláusula em cada área dos Programas em dissertações.



Fonte: compilação própria.

Constatamos, a partir dos gráficos 7 e 8, que a forma desenvolvida aparece na maioria dos casos do *corpus*. No entanto, é evidente a tendência dessa forma de cláusula ocorrer, principalmente, em textos de Literaturas e Linguística. Verificamos ainda que há maior tendência de as formas reduzidas ocorrerem em dissertações do que em teses – mesmo que as desenvolvidas ainda constituam maior número no geral. Por outro lado, apenas em língua portuguesa, contabilizando tanto teses como dissertações, as reduzidas foram maioria. Tal divergência possivelmente se justifica devido a maior frequência de

ocorrências em legendas e notas de rodapé nessa área – como mencionado na subseção anterior –, posições que, aparentemente, favorecem o uso de estruturas reduzidas. Além disso, entre as formas reduzidas, o particípio foi o mais frequente, totalizando 49% (50/101) dos casos em teses e 62,4% (88/141) em dissertações. Veremos alguns exemplos na subseção seguinte.

Quanto ao modo das cláusulas desenvolvidas, identificamos que o indicativo foi quase categórico. O modo subjuntivo compôs apenas 8,7% (38/435 dados) do *corpus* e, dentre estes, 94,7% (36/38 dados) ocorreram em textos de literaturas.

5.3 Introdutor *versus* forma verbal

Ao longo da análise, foram identificados mais de 40 tipos de introdutores diferentes, entre pronomes relativos, conjunções e locuções conjuntivas (no caso das desenvolvidas) e preposições (no caso das reduzidas). A critério de sistematização, selecionamos apenas os quatro primeiros mais frequentes em cláusulas desenvolvidas, cujos resultados estão dispostos nas tabelas a seguir:

Tabela 3: Introdutores mais frequentes entre cláusulas desenvolvidas em teses.

Que	67%	167 dados
O que	10%	25 dados
Em que	3,6%	9 dados
Onde	3,6%	9 dados
Demais introdutores	15,6%	39 dados

Fonte: compilação própria.

Tabela 4: Introdutores mais frequentes entre cláusulas desenvolvidas em dissertações.

Que	60%	111 dados
O que	7,5%	14 dados
Como se	3,2%	6 dados
Cujo(s), cuja(s)	3,2%	6 dados
Demais introdutores	25,9%	48 dados

Fonte: compilação própria.

Verifica-se, a partir das tabelas antes apresentadas, a predominância do introdutor “que” em cláusulas desenvolvidas, figurando notável maioria tanto em teses como em dissertações. Após, temos “o que” também em ambos os gêneros, que, apesar de em

quantidade bem reduzida em relação ao anterior, se mostrou importante em cláusulas insubordinadas, como veremos na próxima subseção. É interessante apontar que, como mencionado, identificamos uma variedade importante de introdutores, incluindo aqueles previstos na tradição gramatical como característicos da subordinação – tais como “se”, “quando” e “o qual” – e outros não prototípicos – tais como “em resposta a” e “sendo que”.

Já no que se refere às reduzidas, atestamos que a maioria ocorre sem a presença de introdutor. Talvez porque, neste tipo de cláusula, em geral, o verbo é o principal responsável por veicular noções semânticas, enquanto o introdutor se insere em um papel secundário – sobretudo porque em grande parte dos casos são preposições ou locuções prepositivas que introduzem estas estruturas. No entanto, é interessante observar algumas particularidades de cada tipo de cláusula reduzida. Nas tabelas 5 e 6, discriminamos a frequência de introdutores em cláusulas reduzidas:

Tabela 5: Frequência de introdutores entre cláusulas reduzidas em teses.

	Reduzida de gerúndio	Reduzida de infinitivo	Reduzida de particípio
Não há introdutor	100% (25 dados)	50% (13 dados)	88% (44 dados)
Há introdutor	0%	50% (13 dados)	12% (6 dados)

Fonte: compilação própria.

Tabela 6: Frequência de introdutores entre cláusulas reduzidas em dissertações.

	Reduzida de gerúndio	Reduzida de infinitivo	Reduzida de particípio
Não há introdutor	100% (32 dados)	28% (6 dados)	98% (86 dados)
Há introdutor	0%	71% (15 dados)	2% (2 dados)

Fonte: compilação própria.

Como podemos observar, as cláusulas reduzidas apresentam comportamentos relativamente diversos, sobretudo as infinitivas em relação às outras duas. Nas reduzidas

de gerúndio, as ocorrências sem introdutor foram categóricas, ou seja, constituíram 100% dos casos. Nas participiais, também obtivemos alto percentual na categoria “não há introdutor”, mesmo que tenhamos identificado alguns casos em que há um elemento antes do verbo. Por outro lado, notamos certa tendência de cláusulas infinitivas ocorrerem com introdutores em relação às demais formas reduzidas. A seguir, reproduzimos os três tipos de cláusulas reduzidas mais recorrentes:

(15)

A pulsão do sexo é latente dentro das comunidades. Boa parte dos jovens não tem pudor de exhibir seus corpos. Através do corpo, seduzem e mostram poder. **Rapazes jogando futebol sem camisa, meninas desfilando com micro-shorts.** A sexualidade sem o menor constrangimento é exibida todos os finais de semana nos bailes. O jogo de conquista passa pelo corpo. Os rapazes precisam mostrar a sua virilidade e as meninas não têm medo de fazer movimentos eróticos. (Dado nº 418 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

(16)

Seguindo algumas linhas depois a narradora emprega um termo de origem bélica: "Era reunião de colheita, e fez-se trégua." Trégua em benefício da harmonia e do prazer. **Trégua para produzir socialmente a simetria.** Sem vencedor ou vencido. Momento liminar em que intrigas foram suspensas. (Dado nº 209 – Tese de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

(17)

A somatização dessas características confere ao personagem um ideário transcultural, ainda que escamoteado. Neste contexto, nota-se que o Fradique de Agualusa serve à idealização do mesmo, no tocante a sua visão crítica sobre as trocas culturais ocorridas durante o longo processo colonial empreendido território angolano. **Fatos recobrados na trama ao gosto da arte pós-moderna.** (Dado nº 454 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

Em (15), temos uma cláusula reduzida de gerúndio cujo padrão é SN + V gerúndio, sem a presença de um introdutor, como foi atestado em todas as cláusulas com esta forma verbal. Já no exemplo (16), por sua vez, verificamos a presença de introdutor:

trata-se de uma cláusula reduzida de infinitivo em que o padrão é SN + INTRODUTOR + V infinitivo. No exemplo (17), o padrão da reduzida SN + V participio corresponde ao modelo de maior frequência no *corpus* entre as cláusulas não desenvolvidas. Como foi possível verificar a partir dos padrões, os três exemplos equivalem a semi-insubordinação.

Quanto aos introdutores das infinitivas, ainda, verificamos que “de” e “para” foram os mais recorrentes, mas, assim como nas desenvolvidas, também houve variedade entre as ocorrências. Na próxima subseção, investigaremos a relação destes introdutores com o padrão das cláusulas analisadas.

5.4 Padrão da cláusula *versus* introdutor

Devido à alta variedade de introdutores, optamos por controlar a relação daqueles mais recorrentes – discriminados nas tabelas da subseção anterior – e associá-los aos padrões formais identificados no processo de análise do *corpus*. Conforme observado anteriormente, os introdutores mais recorrentes foram “que” e “o que” e não houve diferença importante nos resultados entre teses e dissertações. Portanto, reunimos, na tabela 7, a distribuição destes dois parâmetros em ambos os gêneros textuais:

Tabela 7: Distribuição dos introdutores em cada padrão formal em teses e dissertações.

	Que	O que
INTRODUTOR + SV	24	39
SN + INTRODUTOR + SV	246	0
SAdj + INTRODUTOR + SV	6	0
SAdv + INTRODUTOR + SV	2	0
Total	278	39

Fonte: compilação própria.

Duas considerações importantes podem ser feitas a partir dos resultados discriminados anteriormente. A primeira se refere à alta ocorrência do “que” em padrões de semi-insubordinação: em 91% (254/278) das estruturas cujo padrão é SN/SAdv/SAdj + INTRODUTOR + SV foi atestado seu uso. Por outro lado, quanto ao “o que”, todas as ocorrências figuraram entre o padrão INTRODUTOR + SV, ou seja, não possuem nenhum elemento vinculado ao introdutor e, portanto, correspondem a insubordinação de cláusulas desenvolvidas. A seguir, apresentamos exemplos do uso dos dois introdutores:

(18)

O resultado de (d) não é o número positivo inteiro 7, mais um adjetivo. Casos curiosos como o russo, onde sorok, 40, não vem de tchetire (quatro) como os demais números. Por exemplo, 50 vêm de pjattdsiat ‘cinco+10. **Fatos que evidenciam morfológicamente a desconexão entre o léxico e a estrutura mental que opera o valor designado.** É de alguma forma insensível ao conteúdo lexical, indicando uma natureza paralela de operações. (Dado nº 275 – Tese de Linguística – PPGLIN, grifo nosso)

(19)

Os fios do tecido discursivo aqui ficam apagados, dando lugar ao que Souza (2001) descreve sobre a possibilidade de os efeitos metafóricos resultarem em (i) materialidades discursivas. São efeitos que se projetam em termos não-verbais através do escopo da visibilidade, traduzida no texto em questão pela ausência do referente. **O que nos remete a imagem.** (Dado nº 291 – Tese de Linguística – PPGLIN, grifo nosso)

Em (18), verificamos uma cláusula semi-insubordinada cujo padrão é SN + Que + SV, modelo altamente frequente no *corpus*, como é possível notar a partir da tabela 7. Já no exemplo (19), temos uma cláusula insubordinada introduzida pelo conector “o que”. Este, apesar de figurar em um número expressivamente menor de ocorrências, foi o segundo introdutor mais recorrente do *corpus* e aparece apenas em cláusulas que possuem o padrão INTRODUTOR + SV.

Por fim, convém sinalizar que foram encontrados outros padrões formais com introdutores, mas os que constam na tabela ocorreram em maior parcela de dados. Os introdutores mais recorrentes estão associados a padrões específicos, que, naturalmente, foram também mais frequentes.

5.5 Função pragmática *versus* padrão

No que diz respeito ao parâmetro 14, conforme explicitado na metodologia, classificamos as cláusulas quanto a duas funções pragmáticas: discursiva e modal. Como esperado, a função discursiva representou quase a totalidade das ocorrências. Tanto em teses como em dissertações, a função modal ocorreu apenas em textos da área de

Literaturas e em cada um dos gêneros foram encontrados 13 dados – o que corresponde a 3,6% em teses e 3,9% em dissertações.

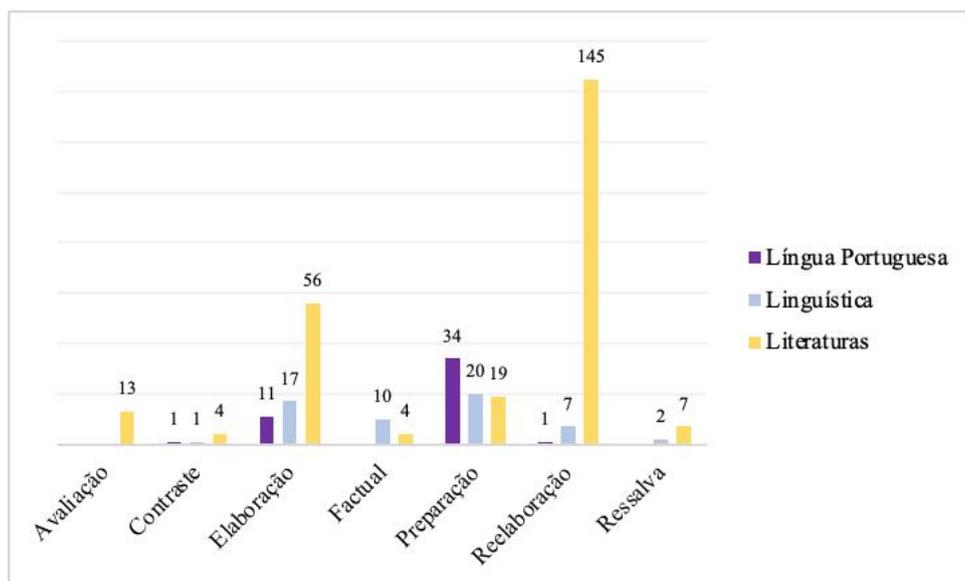
No caso das teses, o padrão mais recorrente de cláusulas com função pragmática modal foi SAdj + SV ou V infinitivo, ou seja, um padrão de semi-insubordinação. Este modelo não foi atestado em nenhuma cláusula com função discursiva, possivelmente porque a presença do adjetivo, por sua natureza, pode configurar uma avaliação do falante sobre algum conteúdo informacional precedente, mesmo que a cláusula não se refira a algum elemento expresso linguisticamente.

Em dissertações, dos 13 casos de (semi-)insubordinação modal, 7 ocorreram em citações. Talvez isso explique o porquê de o padrão mais recorrente de cláusulas com esta função pragmática ter sido INTRODUTOR + SV, o qual não identificamos em teses. As citações de literatura são majoritariamente retiradas de textos literários – são poucas aquelas de textos teóricos –, que aparentam ser mais livres quanto à adequação à norma e, portanto, podem favorecer a ocorrência de padrões como este. Em ambos os gêneros textuais, os padrões mais recorrentes de cláusulas com função discursiva foram, evidentemente, os mais recorrentes de todo o *corpus*: SN + INTRODUTOR + SV e INTRODUTOR + SV, como já discriminado anteriormente. À exceção dos exemplos (8), (9) e (10), todos os outros apresentados neste trabalho foram classificados como (semi-)insubordinação discursiva.

5.6 Relações semânticas

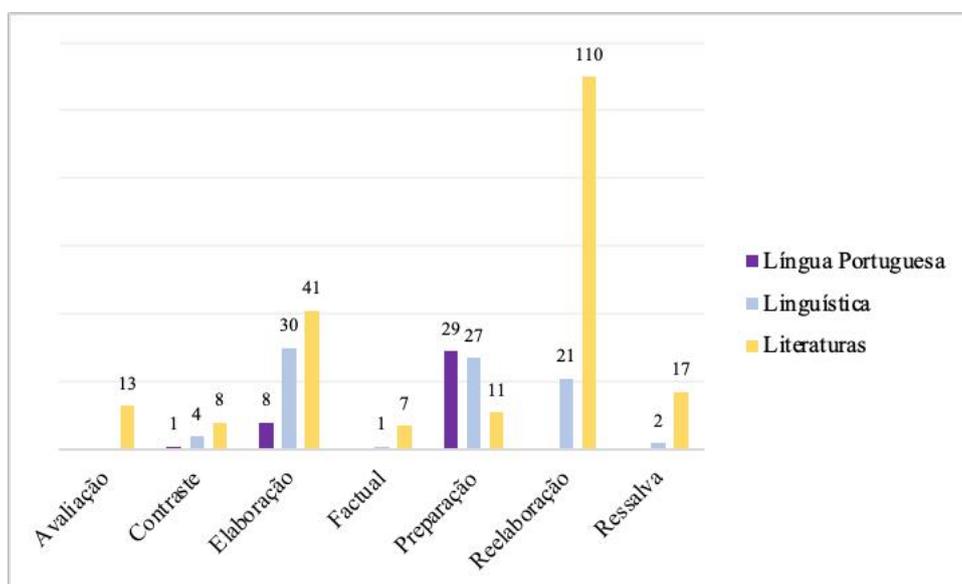
As nuances semânticas que identificamos com maior frequência estão conjugadas ao tipo da cláusula e à sua respectiva posição no texto. As semi-insubordinadas, por estabelecerem uma referência anafórica a partir de um sintagma nominal que antecede o introdutor, tendem a veicular a noção de reelaboração, uma vez que, em geral, são usadas para reformular ou reorganizar alguma informação já elaborada no discurso precedente. Como este tipo de cláusula foi o mais frequente em nosso *corpus*, a reelaboração foi a nuance semântica veiculada por maior parte das cláusulas analisadas. No entanto, se observarmos este parâmetro no âmbito de cada uma das três áreas – literaturas, linguística e língua portuguesa –, temos resultados mais acurados. Vejamos os gráficos a seguir:

Gráfico 9: Distribuição das relações semânticas em cada área em teses.



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 10: Distribuição das relações semânticas em cada área em dissertações.



Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 9 e 10 tornam possível observar que houve pequenas diferenças entre teses e dissertações no que se refere ao critério de relações semânticas. Nos trabalhos de Língua Portuguesa, 74% (63/85) das ocorrências estabeleceram uma relação semântica de preparação. Decerto, tal resultado está associado à alta frequência de cláusulas em legendas e títulos nesta área, como verificamos nos gráficos 5 e 6 apresentados na subseção 5.1. Vale mencionar que, mesmo que os dados em legendas por vezes figurem abaixo do elemento ao qual se referem, definimos que estes veiculam a relação semântica

de preparação, uma vez que sua posição – ou seja, se aparece abaixo ou acima da figura, gráfico, quadro ou tabela – é definida por critérios normativos, mas sua função de orientar o leitor para a apreensão da informação ali apresentada é a mesma. Vejamos o exemplo a seguir:

(20)

C	ON	V	E	R	S	A	C	OM	E	L	E
C1	V1	C2	V2	C3	C4	V3	C5	V4	V5	C6	V6

Quadro 6 – **Enunciado emitido como ordem, desafio, pedido e sugestão** (Dado nº 660 – Dissertação de Língua Portuguesa – PPGLEV, grifo nosso)

No exemplo (20) apresentado, atestamos o uso de uma cláusula semi-insubordinada reduzida de participio na posição de legenda do quadro. Observamos que tal legenda foi inserida abaixo do elemento ao qual se refere, contudo, independentemente da sua posição – ou seja, se acima ou abaixo –, sua função de orientar o leitor, preparando-o para a compreensão do quadro, se mantém.

Ainda, como observamos nos gráficos 9 e 10, a elaboração, nuance comumente veiculada por notas de rodapé, foi a segunda relação semântica mais frequente em língua portuguesa, configurando 22% (19/85) dos casos. Quase a totalidade dos casos desta área figuraram entre preparação e elaboração.

Em Linguística, verificamos que preparação e elaboração empataram em número de casos: configuraram juntas a maioria das ocorrências, com 33% cada uma (ambas com 47/141 dados). Aqui, diferentemente do que observamos em textos de Língua Portuguesa, identificamos uma gama maior de nuances semânticas estabelecidas, tais como ressalva, contraste, factual e reelaboração.

O mesmo ocorreu em teses e dissertações de Literaturas, nas quais encontramos uma variedade de relações semânticas sendo veiculadas. Porém, devido à alta frequência de cláusulas semi-insubordinadas nesta área – como apontam os gráficos 11 e 12 a seguir –, verificamos uma notável tendência de cláusulas de reelaboração, que compreenderam 56% (255/455) dos casos, seguidas por aquelas de elaboração, com 21% (97/455). A título de exemplificação, a seguir apresentamos duas cláusulas que exprimem as relações semânticas de reelaboração e elaboração, respectivamente:

(21)

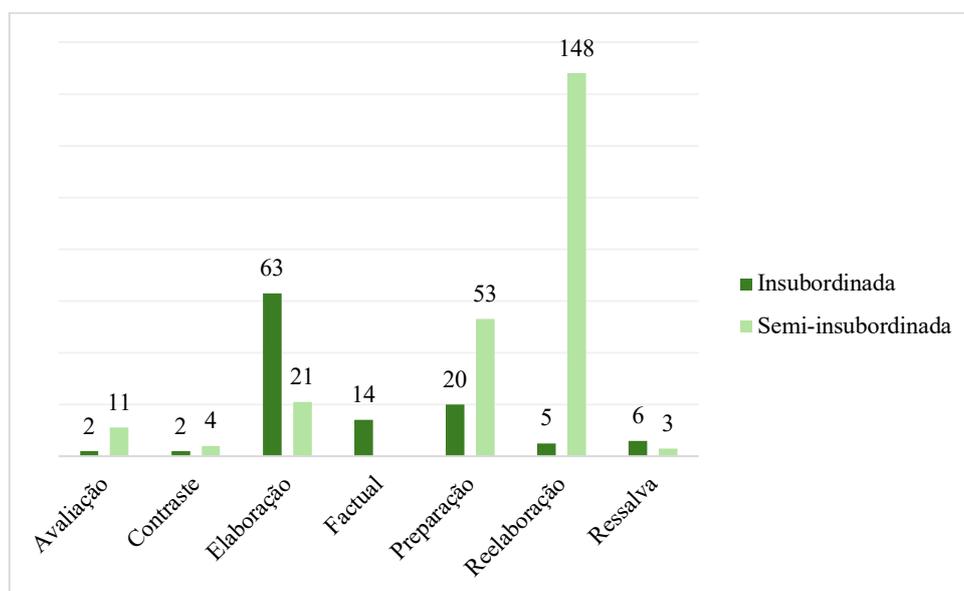
Para Ferréz, a consciência da importância da narrativa de que ora nos ocupamos vem da sua ligação direta como morador do Capão Redondo. O seu narrador, além de utilizar vários pontos de vista, funciona como um coro, pois tem a consciência de que a sua voz é a representação de várias vozes revoltadas no bairro. **Vozes que não aceitam a vida como está.** Por isso a escolha dos amigos para exporem suas opiniões, intercaladas em cada capítulo. Essas vozes, somadas às do narrador, formam um coro que não se exime de expressar as suas opiniões. (Dado nº 413 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

(22)

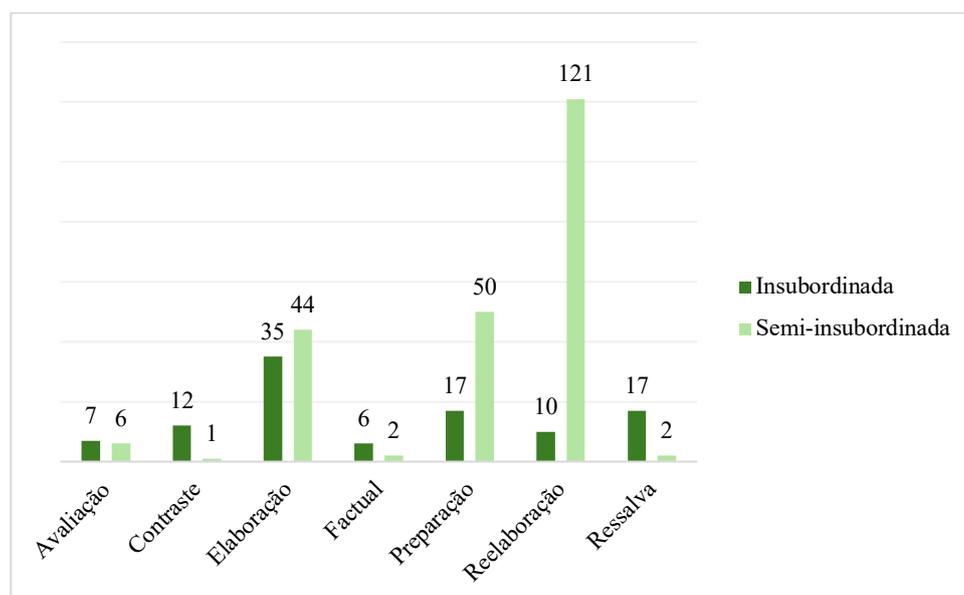
A leitura dramática, neste momento, movimenta-se para os outros leitores pessoais. Pela dramatização, estes leitores serão ouvidos a partir do gesto em que estas vozes também participam. [...] São, portanto, gestos de leitores que se movem.

A leitura dramática acolhe este outro na construção dramática de leitores os quais se põem na audição da obra. **O que os insere na variedade de gestos existentes.** A tarefa do leitor dramático apresenta este movimento de estar a ouvir e a escrever cada um o seu drama diante da poesia dramática de Fernando Pessoa, a qual nos apresenta esta leitura que nos alterna. Estamos como leitores em que a alternativa move. (Dado nº 2 – Tese de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

Em (21), a cláusula semi-insubordinada foi usada para reelaborar sobre o SN vozes, explicando e trazendo informações adicionais sobre quais seriam as vozes revoltadas às quais se refere o escrevente. Ou seja, as “vozes revoltadas” são aquelas que “não aceitam a vida como está”. Portanto, tal uso da semi-insubordinação foi classificado como reelaboração. Já em (22), a estrutura em destaque expande toda a porção textual anterior, trazendo informações não mencionadas anteriormente, mas que elaboram o conteúdo informacional precedente. Por fim, as cláusulas cuja função pragmática é modal foram categoricamente classificadas como avaliativas e, portanto, esta categoria semântica se revelou apenas em literaturas.

Gráfico 11: Relação semântica *versus* tipo de cláusula em teses.

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 12: Relação semântica *versus* tipo de cláusula em dissertações.

Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 11 e 12 nos permitem notar que, enquanto preparação e reelaboração ocorreram usualmente em semi-insubordinadas, as relações contraste, factual e ressalva se mostraram mais características de cláusulas insubordinadas. A relação de elaboração, por outro lado, foi a única que apresentou resultados diferentes entre teses e dissertações: esta também ocorre usualmente em semi-insubordinadas em dissertações, no entanto, em teses, há considerável tendência de cláusulas de elaboração se manifestarem como insubordinadas.

5.7 Outros parâmetros

O número de palavras vinculadas às semi-insubordinadas e os sinais de pontuação empregados antes e depois das cláusulas foram critérios que não manifestaram resultados discrepantes ou diferentes do esperado. Por este motivo, decidimos abordá-los nesta subseção.

Quanto ao primeiro, verificamos que as estruturas semi-insubordinadas tendem a ocorrer com apenas uma palavra. Tanto em teses como em dissertações, os resultados deste parâmetro seguiram uma ordem decrescente, ou seja, quanto mais palavras vinculadas à semi-insubordinada, menos ocorrências encontrávamos. Esta palavra, em geral, é utilizada como um elemento coesivo de referência anafórica, podendo retomar tanto um conjunto de ideias para expandir a proposição anterior – e, nesse caso, encontramos nomes mais genéricos como fato, ideia, questão, coisa – quanto um SN já mencionado anteriormente, sobre o qual se deseja reelaborar, ou seja, trazer informações adicionais. Neste último caso, o SN parece ser utilizado como uma forma de adequação à norma, como se atenuasse o preconceito com a estrutura insubordinada. Em (23) e (24) temos exemplos destes dois casos, respectivamente:

(23)

A sereia canta sua música para naufragar navios e levar os homens ao fundo dos oceanos sem luz e compaixão. Diferente do calor da terra, da bruteza do solo ou do haver nações, a água é fria, volátil e inconstante demais para nela os homens criarem estabelecimento. Mesmo que na terra não durmam os vivos, na água não tem repouso também os mortos. E assim talvez valha contar estórias da terra e do mar. Falar de seus fantasmas sem descanso, das coisas deixadas para trás por abandono, esquecimento ou morte. **Coisas que o tempo, sempre contrário, não consome completamente e transforma em lembrança e vestígio, pedrinha preciosa do que deixou de haver.**
(Dado nº 511 – Dissertação de Literaturas – PPGLEV)

(24)

Quem o lê [Pessoa] não o escraviza, por isso muito menos se escraviza, porque ninguém se apresenta senhor de si nem do outro. O que se libera é a leitura de aprender a desaprender. Se são discípulos, assim o são, pois escrevem versos que os libertam das submissões antes da leitura. **Leitura que os queima.** Pelos versos de “O guardador de rebanhos”, o leitor se abrirá pelo fogo e pelo

vigor destes versos. (Dado nº 61 – Tese de Literaturas – PPGLEV, grifo nosso)

Seja antes ou depois da cláusula independente, a pontuação final foi a mais utilizada. No entanto, a posição das cláusulas favoreceu o uso de outros sinais ou, até mesmo, propiciou a ausência de pontuação. Em início de parágrafo, notas de rodapé e títulos, não houve pontuação antes da cláusula, enquanto em legendas, por exemplo, a pontuação anterior, em geral, foi dois pontos e, em alguns casos, não identificamos pontuação final. Nas demais posições – entre períodos, final de parágrafos, citações – a pontuação final foi quase categórica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados discriminados na seção anterior revelam que os fenômenos da insubordinação e semi-insubordinação ocorrem inclusive em gêneros textuais produzidos por escreventes de alta escolaridade e domínio da norma gramatical. Do ponto de vista da análise linguística convencional, as estruturas aqui estudadas são consideradas “erros gramaticais”, “desvios” a serem evitados sobretudo quando se trata de gêneros acadêmicos como teses e dissertações. No entanto, do ponto de vista do uso, mesmo em textos que seguem – ou deveriam seguir – tal normatização, atestamos a ocorrência de insubordinadas e semi-insubordinadas. Em muitos casos, identificamos que tais estruturas são empregadas como recurso estilístico, o que pode justificar, inclusive, a alta frequência de ocorrências em textos de dissertações e teses de Literaturas.

Por sua vez, mesmo que em alguns trabalhos não tenhamos encontrado dados no corpo do texto – e apenas em citações e legendas, por exemplo –, atestamos usos de insubordinadas e semi-insubordinadas em todas as teses e dissertações lidas. Nos trabalhos de Língua Portuguesa, em que identificamos maior rigor formal se comparados aos de literaturas e de linguística, o fenômeno ocorre em posições e contextos mais específicos, como em legendas e títulos. De qualquer forma, confirmamos nossa hipótese de que a insubordinação e a semi-insubordinação são fenômenos amplamente utilizados em teses e dissertações.

Ainda, ratificamos que estas estruturas são usadas de variadas formas, tais como as subordinadas da tradição gramatical. Isto é, podem ser reduzidas ou desenvolvidas, podem exprimir diversas relações semânticas, podem figurar em diversas posições em um texto etc. No entanto, não estão conectadas sintaticamente a uma oração principal.

A escolha por diferenciar insubordinadas e semi-insubordinadas se justifica devido à natureza do gênero textual a partir do qual coletamos os dados deste trabalho. Durante o processo de análise, observamos uma tendência na utilização do padrão SN + INTRODUTOR + SV, com o propósito de retomar um SN anterior – ou uma ideia mais ampla – e expandi-lo, associando a ele uma série de informações adicionais. Isso ocorre, possivelmente, pela constatação de que haveria alguma inadequação quanto à norma gramatical caso o SN fosse omitido, o que resultaria em uma estrutura de insubordinação como INTRODUTOR + SV. Contudo, apesar da possível correção gramatical que supostamente culmina na produção de uma estrutura semi-insubordinada, ainda assim as

ocorrências insubordinadas foram expressivas, sobretudo quando nos ocupamos de gêneros textuais acadêmicos.

No momento que antecedeu nossa investigação, esperávamos encontrar diferenças estatísticas mais expressivas entre teses e dissertações, uma vez que as teses são produzidas por escreventes ainda mais habituados com a linguagem acadêmica. Porém, além de não verificarmos muitas divergências entre ambas, as teses ainda acomodaram maior número de casos. Nesse sentido, da mesma forma que os resultados nos auxiliaram a traçar algumas características gerais típicas de ambos os gêneros, também nos possibilitaram apurar particularidades de cada uma das três áreas da Letras.

O presente trabalho aponta para a necessidade de se continuar estudando as diversas possibilidades de cláusulas independentes no português brasileiro, visto que estas podem ser identificadas em diversos gêneros textuais, como ilustram os trabalhos de Rodrigues; Cidade (2021), Neves; Rodrigues (2022), Affonso Jr.; Rodrigues (2022), Rodrigues; Oliveira (2024) e Silva (2024). Além disso, com o objetivo de sistematizar e definir padrões para o fenômeno da insubordinação, os trabalhos de Rodrigues (2021; 2022; 2024) e Rodrigues; Oliveira (2024) também trazem importantes contribuições para a análise da insubordinação. Por fim, fazemos coro com Rodrigues; Oliveira (2024, p. 245) quando os autores afirmam que ainda “há muito por fazer e investigar, sobretudo a partir de agora, quando as primeiras pistas já foram ‘escavadas’ do passado”.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO JUNIOR, Marcelo Rodrigues. **Cláusulas independentes em folhetins brasileiros do século XIX**. Monografia de Final de Curso de Graduação em Letras, Português – Francês, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2022.

AFFONSO JUNIOR, Marcelo Rodrigues. **Insubordinação em folhetins e romances do século XIX: um estudo funcionalista**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2024.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. Rio De Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.

BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANSIÑENA, María Sol. Insubordination: Central issues and open questions. In: BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANSIÑENA, María Sol (Ed.). **Insubordination: Theoretical and empirical issues**. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. pp. 7-28.

CRISTOFARO, Sonia. Routes to insubordination: a cross-linguistic perspective. In: EVANS, N. E WATANABE, H. (eds.). **Insubordination**. Amsterdam and Philadelphia: J. Benjamins, 2016. p. 393- 422.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

D'HERTEFELT, Sarah; VERSTRAETE, Jean-Christophe. Independent complement constructions in Swedish and Danish: Insubordination or dependency shift? **Journal of Pragmatics**, Estados Unidos, v. 60, p. 89-102, 2014.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento *et al.* **Desgarramento, insubordinação discursiva e insubordinação: abordagens funcionalistas**. Campinas: Pontes Editora, 2021.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (org.) **Finiteness. Theoretical and Empirical Foundations**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366-431.

EVANS, N.; WATANABE, H. **The dynamics of insubordination**. In: EVANS, N. *Insubordination*. Amsterdam e Filadélfia: John Benjamins, 2016.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

GRAS, Pedro. Revisiting the functional typology of insubordination: Insubordinate que- constructions in Spanish. In: EVANS, Nicholas; WATANABE, Honoré (org.). **Insubordination**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. pp. 113-44.

MITHUN, Marianne. Sources and mechanisms. In: BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANSIÑENA, María Sol. (eds.). **Insubordination: Theoretical and empirical issues**. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. pp. 29-54.

MITHUN, Marianne. The extension of dependency beyond the sentence. **Language**, v. 84, n. 1. p. 69– 119, 2008.

MOTA, Fernando Lima da. **História oral e prática de ensino de Língua Portuguesa: Norma culta e Normatização na Escola Normal (RJ) no século XX**. Monografia de Final de Curso de Graduação em Letras, Português – Literaturas, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2021.

NEVES, Emanuel Felix das; RODRIGUES, Violeta Virginia. Desgarramento e insubordinação em contos brasileiros do século XX. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 20, pp. 48-80, 2022.

NEVES, Emanuel Felix das. **Desgarramento e insubordinação em contos brasileiros do século XX**. Monografia de Final de Curso de Graduação em Letras, Português – Literaturas, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2022.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 51ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

RODRIGUES, Violeta Virginia; OLIVEIRA, Thiago Laurentino. Cláusulas insubordinadas no português arcaico. In: Anais do VIII Simelp - **VIII Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa** - Edição Especial Híbrida Angola-África. Anais. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simelp2022/524856-CLAUSULAS-INSUBORDINADAS-NO-PORTUGUES-ARCAICO>. Acesso em: 18/05/2024.

RODRIGUES, Violeta Virginia. Cláusulas insubordinadas no português em uso. In: CEZARIO, Maria Maura da Conceição; MARQUES, Priscilla Mouta; CASTANHEIRA, Dennis. **Pesquisas funcionalistas e aplicações ao ensino superior**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. pp. 212-238.

RODRIGUES, Violeta Virginia. **Cláusulas sem núcleo em português: desgarramento ou insubordinação?** São Paulo: Blucher, 2021

RODRIGUES, Violeta Virginia. Padrões de insubordinação no PB. In: **Simpósio Mundial de Estudos De Língua Portuguesa**, 8, 2022. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

SANSIÑENA, María Sol. Patterns of (in)dependence. In: BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANSIÑENA, María Sol. (eds.). **Insubordination: Theoretical and empirical issues**. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. pp. 199-239.

VAN LINDEN, An; VAN DE VELDE, Freek. (Semi-)autonomous subordination in Dutch: Structures and semantic-pragmatics values. **Journal of Pragmatics**, n. 60, pp. 226-50, 2014.

VERSTRAETE, Jean-Christophe; D'HERTEFELT, Sarah; VAN LINDEN, An. A typology of complement insubordination in Dutch. In: **Studies in Language**. n. 36 (1), pp. 123-53, 2012.

Teses

ACRÍSIO, Mário Alves Junior. **O intertexto bíblico como expressão de um ethos em crônicas de Lya Luft**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

ALFAMA, Márcia de Oliveira Buser. **Imagem e contra-imagem do Império Português: “Os Trabalhos e os Dias” de Jorge de Sena e de Rui Knopfli**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

AMARAL, Jorge Fernando Barbosa do. **A literatura brasileira e a monstrosidade negra nos portões da diferença**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

BESSA, Jefferson Eduardo Pereira. **“Aparecera em mim o meu Mestre”: a poesia dramática e o Outro em Fernando Pessoa e Alberto Caeiro**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

CONCEIÇÃO, José Felipe Mendonça da. **O erotismo na poesia de Armando Freitas Filho**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

FUKELMAN, Clarisse. **Roupas, objetos e espaços: a cultura material em Clarice Lispector**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

FURTADO, Lilian Ribeiro. **Explicação e restrição: uma perspectiva cognitivista**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

LESSA, Adriana Tavares Maurício. **Dissociação entre tempo e aspecto à luz da aquisição da linguagem**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

LOTA, Roberto de Andrade. **A atualidade clássica nas trilogias trágicas de Adonias Filho e Autran Dourado**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

LOURENÇO, Rogério Santana. **Metaimagem: uma análise do discurso de enunciados nas provas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

MARQUES, Fernanda Botinhão. **Computações semânticas na Síndrome de Asperger provendo uma conexão entre a Linguística e Neurociência: dados de imagem do tensor por difusão em ressonância magnética (DTI)**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

MELO, Elaine Alves. **Construções de tópico sujeito: um caso de mudança na expressão da posse externa do PB**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

PEDERNEIRA, Isabella Lopes. **Implicações teóricas dos verbos leves para o estudo da estrutura argumental**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SALLES, Lincoln Marco da Silva. **Quando os constituintes à esquerda como estratégia de venda são silenciados: análise e tratamento político da sintaxe da corp(oralidade)**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SARAIVA, Marco Antonio. **O cosmos da linguagem: entre o mito e a modernidade. A poesia de Fiama Hasse Pais Brandão**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Renato Martins e. **Travessias, rupturas e transgressões: a experiência da morte na literatura portuguesa oitocentista**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Flávia Clemente de. **Jornais impressos antes e depois da reforma editorial da década de 1950: a língua como elemento de transformação**. 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

VELLOZO, Naira de Almeida. **Usos de mas+cláusula no gerenciamento da conversa: uma proposta de descrição semântico-cognitiva.** 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

VENTURA, Gabriela Machado. **Sobre jardins, cavernas e estrelas: vida, arte e morte em Gémeos, de Mário Cláudio.** 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

VIVAS, Vítor de Moura. **Abordagem de padrões derivacionais nas marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa: por uma visão gradiente da morfologia do português.** 2015. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

Dissertações

ALVES, Andreia Muniz. **Para um estudo das construções estativas no PB.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

ARAÚJO, Thais da Silveira Neves. **Aquisição de aspecto no português brasileiro.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

ATHAYDE, Rogério Rocha. **Quantos rabos tem a sereia? Uma proposta de leitura para “o outro pé da sereia”, de Mia Couto.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

AUGUSTO, Evelin Azambuja. **A expressão da modalidade em peças cariocas: uma análise diacrônica.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

AZEVEDO, Victor Augusto Corrêa. **Nos Escombros Da Memória: reconstrução de identidades em Teoria geral do esquecimento, de Agualusa.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

BONZOMET, Gabrielle. **Quantos nomes pode ter um mesmo objeto ou evento no mundo?** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

CARDOSO, Beatriz Soares. **O tecelão, a tecedura e o tecido: dobras da linguagem e da história em contos de João Paulo Borges Coelho.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS, Letícia Fionda. **Operadores argumentativos: uma marca de subjetividade em textos midiáticos.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

CIARELLI, Eloisa Beatriz de Sousa. **Estratégias patêmicas em crônicas de Martha Medeiros.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

CORREIA, Michelle Oliveira. **Questões do vestibular ENEM: uma abordagem discursiva.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

DAMASCENA, Alexandre Silva. **A literatura a partir do território: a relação entre forma e conteúdo em Ferréz.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Bruna Gois Pavão. **Construção relacional: estado, mudança e resultado.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Rodrigo Lopes da Fonte. **Autofagia do fictício: desdobramento do narrador e do narratário pelo controle do imaginário em mastigando humanos, de Santiago Nazarian.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Maria Coelho Araripe de Paula. **Sobre carregar água na peneira ou o protagonismo da infância em Guimarães Rosa.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015

LEAL, Kate Barbara de Mendonça. **Um estudo do sândi externo: o contato entre o português do Brasil e o Mbyá Guarani.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

MENDES, Rafael da Silva. **Em memória do esquecimento: ambivalência e imaginação na obra de Dante Milano.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

MIRANDA, Luma da Silva. **Análise da entoação do português do Brasil segundo o modelo Ipo.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. **Capas do jornal meia-hora: uma análise discursiva do verbal e do não verbal.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

NEGREIROS, Mariana Emygdio. **Morte e vida como personagem-recurso na obra de Clarice Lispector.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Adriana Souza de. **Angola, Brasil e Portugal: espaços em trânsito em nação crioula.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

PAULA, Jupira Maria Ribeiro. **Erotismo e transcendência nos “quatro sonetos de meditação”, de Vinicius De Moraes.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, Aline de Almeida. **A arquitetura narrativa de Um Amor Feliz, de David Mourão- Ferreira.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, Lais Peres. **Euclides da Cunha: poeta do entrelugar.** 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

ROSA, Victor Andrade da Silva. **Religações: a dicção moderna de Cecília Meireles, Sophia de Mello Breyner Andresen e Vinicius de Moraes.** 2015. Dissertação de

Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Juliana da Costa. **O comportamento das estratégias de relativização na escrita culta jornalística brasileira**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Lorena Cardoso. **Da forma para a função: a correlação entre Sintagmas Nominais Complexos e Editoriais**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SOARES, Marisa Pereira. **Análise do funcionamento discursivo do texto “Condessa De Barral A Paixão Do Imperador” de autoria de Mary Del Priore**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Cristiane Ramos de. **Animacidade e Papéis Temáticos: um estudo experimental**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

TOLEDO, Wellington Alves. **Mensagem: a vitalidade um discurso envelhecido**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

VIEIRA, Alice Eugenia Santos. **Memória e Testemunho: ruínas e ecos de um império português desfeito em O esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Nathacia Lucena. **Recursividade, Coordenação E Prosódia: estudos psicolinguísticos com PPs em português e hebraico**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

MOURÃO, Gabriela Costa. **O sujeito referencial em peças portuguesas: uma análise diacrônica**. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2015.

8 ANEXOS

Nos links a seguir estão os dados que compõem o *corpus* deste trabalho.

1. Teses:

<https://1drv.ms/x/s!Aj2gGDUceF4vgfgUquCOzFjANSJoiw>

2. Dissertações:

https://1drv.ms/x/s!Aj2gGDUceF4vgfgSk_5B4z7epMpUdw